

Por um anno 12\$000
Por seis mezes 6\$600
Por tres mezes 3\$600

Comunicados e correspondencias,
por linha \$060

A correspondencia das provincias, assim
a official como a particular, ou seja para
realizar assignaturas da folha, ou para a
publicação de editaes, annuncios ou com-
municados, deve vir acompanhada da im-
portancia das assignaturas ou do preço das
publicações pedidas, sem o que não se lhe
dará destino. Os annuncios serão dirigidos
à loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua
Augusta n.º 224 e 226.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam
sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCÃO GERAL DE INSTRUCCÃO PUBLICA

1.ª Repartição

Sua Magestade El-Rei, attendendo aos graves in-
convenientes que resultam, para a boa administra-
ção do theatro de D. Maria II, da concessão de be-
nefícios a pessoas estranhas ao mesmo theatro; e
considerando que é impróprio de um estabelecimen-
to, destinado a aperfeiçoar a arte dramatica e apu-
rar o gosto, prestar-se a especulações que muitas
vezes tomam o lugar da beneficencia que o gover-
no tem querido promover e auxiliar, ha por bem o
mesmo augusto senhor resolver que não sejam mais
permitteds n'aquelle theatro os beneficios particu-
lares, devendo contudo levar-se a effeito aquelles

para os quaes se tenha já expedido a competente
licença. O que se participa ao commissario regio-
nial do theatro de D. Maria II, para sua intelli-
gencia e exacta observancia da presente portaria.
Paço das Necessidades, em 28 de fevereiro de
1860. — Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECCÃO GERAL DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS

1.ª Repartição

Sua Magestade El-Rei ha por bem, em vista das
informações recebidas do vigario geral do bispado
de Castello Branco, resolver que se abra concurso
para o provimento da igreja parochial de S. Salvador
da villa de Monsanto no mesmo bispado; observan-
do-se quanto aos actos do concurso o que se acha
determinado na portaria circular de 30 de agosto
de 1847 (*Diario* n.º 205), e pelo que respeita ao
prazo d'elle o que se dispoz na portaria de 22 de
agosto de 1849 (*Diario* n.º 199). O que o mesmo
augusto senhor manda assim participar ao vigario

geral do bispado de Castello Branco para sua in-
telligencia e mais effeito.
Paço das Necessidades, em 23 de fevereiro de
1860. — João Baptista da Silva Ferrão de Carva-
lho Martens.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

2.ª DIRECCÃO—1.ª REPARTIÇÃO

Autographa. — Sendo necessario prover com tem-
po ao fornecimento das rações de verde para os
corpos de cavallaria e artilheria montada do exer-
cito; manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria
d'estado dos negocios da guerra, que os generaes
commandantes das divisões militares façam annun-
ciar, com a possivel anticipação e publicidade, os
dias em que deve abrir-se a praça para as arma-
tações do sobredito fornecimento nas suas respec-
tivas divisões; devendo ter principio quando o julga-
rem conveniente os respectivos conselhos adminis-
trativos, e declarando-se que elle será feito com as
clausulas e garantias marcadas no regulamento de
18 de setembro de 1844, e mais condições do es-
tylo; dando parte, com urgencia, do resultado da

praça, emitindo o seu parecer, e o do conselho dos
delegados, para os devidos effeitos.
Paço, em 3 de março de 1860. — Duque da Ter-
ceira.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECCÃO GERAL DA CONTABILIDADE

2.ª Repartição

Annuncia-se, em observancia da carta de lei de
24 de agosto de 1848, haver requerido D. Francis-
ca de Assumpção Lopes o pagamento dos vencimen-
tos que se ficaram devendo a seu finado ma-
rido Francisco de Assis Lopes, na qualidade de ca-
pitão graduado do exercito, em commissão no cor-
po dos guardas barreiras de Lisboa; a fim de que
qualquer pessoa, que se julgar com melhor direito
aos ditos vencimentos ou a parte d'elles, requiera
por esta repartição, dentro do prazo de sessenta dias,
contados da publicação do presente annuncio, findo
o qual será resolvida a mencionada pertença.
Segunda repartição da direcção geral da conta-
bilidade, 5 de março de 1860. — Sebastião José Pe-
dros.

da secretaria da marinha, pedindo as alterações que
propõem, no ultimo decreto que reformou aquella se-
cretaria. — A.ª commissão de marinha.

Da-se expediente pela mesa aos seguintes requeri-
mentos:
1.º Requeiro que sejam remetidos a esta camara,
pelo ministerio das obras publicas, os ultimos rela-
torios e consultas das sociedades agricolas do reino.
— L. de Aboim.

2.º Requeiro que se pegam ao governo, pelo mi-
nisterio das obras publicas, os seguintes esclareci-
mentos:
Qual foi a produção de cereaes, trigo, milho,
cevada e centeio no continente do reino em cada
um dos annos de 1855 a 1859, e qual o consumo
annual d'estes generos.

Qual a importação de cereaes e farinhas, tanto
estrangeiras como das ilhas, nos annos de 1841, e
seguintes; e qual a exportação nos mesmos annos.

Qual a media dos preços dos cereaes indicados
nos mercados de Lisboa e Porto, nos annos de 1856
a 1859, e nos mercados de Londres, Odessa e por-
tos da America, nos ultimos dez annos. — L. de
Aboim.

3.º Requeiro que o governo, pelo ministerio do
reino, mande a esta camara uma copia do accor-
dão do conselho d'estado, que desprezou o recurso
que da camara municipal do concelho de Taboão,
interpoz o marechal de campo Pedro Maria Pinto
Guedes, por occasião do mesmo official ser col-
lectado sobre os seus soldos no anno de 1858. — O
deputado, A. X. Palmeirim.

São remetidos ao governo.

Tem segunda leitura as seguintes propostas:
1.ª Requeiro que a representação do provedor e
mesarios da santa casa da misericordia, administra-
dores do hospital de S. João Evangelista de Azu-
rara, do concelho de Villa do Conde, e que foi apre-
sentada á camara dos srs. deputados na sessão de
6 de dezembro de 1858, seja enviada á commissão
competente, a fim de poder ser considerada e atten-
dida convenientemente. Em 3 de março de 1860.
— Bento de Freitas Soares.

2.ª Requeiro que a representação do provedor e
mesarios da santa casa da misericordia de Azu-
rara, do concelho de Villa do Conde, apresentada á ca-
mara dos srs. deputados na sessão de 13 de maio
de 1857, seja remetida á commissão competente,
a fim de ser attendida como for de justiça. Camara
dos srs. deputados, em 3 de março de 1860. — Fre-
itas Soares.

3.ª Constando-me que a estrada do Porto a Bra-
ga se acha em pessimo estado de conservação, e que
a ponte penil de Lessa offerece graves apprehen-
sões, pelo mau estado em que se acha, requeiro que
pelo ministerio das obras publicas, se mande pro-
ceder a uma inspecção para se reparar immediata-
mente a dita estrada, como é urgente, e que se pro-
ceda a uma prova na ponte de Lessa, a fim de se
conhecer se está em estado de poder servir ao tran-
sito publico. — Santos Lessa.

4.ª Renovo a iniciativa do projecto de lei (n.º
34-E) de 16 de julho de 1858, por mim apre-
sentado na sessão de 19 do mesmo mez e anno da ul-
tima legislatura, revogando a disposição do artigo
145.º do codigo administrativo, que deixa ao arbi-
trio dos contribuintes a remissão a dinheiro da con-
tribuição de serviço pessoal. Sala das sessões da
camara dos srs. deputados, aos 3 de março de 1860.
— Fernando Luiz Mousinho de Albuquerque, depu-
tado por Leiria.

5.ª Renovo a iniciativa do projecto n.º 121 da
commissão de fazenda, apresentado á camara na
sessão de 30 de abril de 1859, e que confirma treze
pensões concedidas pelo governo. Sala da camara
dos deputados, em 3 de março de 1860. — H. G.
da Palma, deputado pelo circulo de Tavira.

6.ª Renovo a iniciativa do projecto n.º 121 da
commissão de fazenda, apresentado á camara na
sessão de 30 de abril de 1859, e que confirma treze
pensões concedidas pelo governo. Sala da camara
dos deputados, em 3 de março de 1860. — H. G.
da Palma, deputado pelo circulo de Tavira.

7.ª Renovo a iniciativa do projecto n.º 121 da
commissão de fazenda, apresentado á camara na
sessão de 30 de abril de 1859, e que confirma treze
pensões concedidas pelo governo. Sala da camara
dos deputados, em 3 de março de 1860. — H. G.
da Palma, deputado pelo circulo de Tavira.

8.ª Renovo a iniciativa do projecto n.º 121 da
commissão de fazenda, apresentado á camara na
sessão de 30 de abril de 1859, e que confirma treze
pensões concedidas pelo governo. Sala da camara
dos deputados, em 3 de março de 1860. — H. G.
da Palma, deputado pelo circulo de Tavira.

9.ª Renovo a iniciativa do projecto n.º 121 da
commissão de fazenda, apresentado á camara na
sessão de 30 de abril de 1859, e que confirma treze
pensões concedidas pelo governo. Sala da camara
dos deputados, em 3 de março de 1860. — H. G.
da Palma, deputado pelo circulo de Tavira.

10.ª Renovo a iniciativa do projecto n.º 121 da
commissão de fazenda, apresentado á camara na
sessão de 30 de abril de 1859, e que confirma treze
pensões concedidas pelo governo. Sala da camara
dos deputados, em 3 de março de 1860. — H. G.
da Palma, deputado pelo circulo de Tavira.

11.ª Renovo a iniciativa do projecto n.º 121 da
commissão de fazenda, apresentado á camara na
sessão de 30 de abril de 1859, e que confirma treze
pensões concedidas pelo governo. Sala da camara
dos deputados, em 3 de março de 1860. — H. G.
da Palma, deputado pelo circulo de Tavira.

12.ª Renovo a iniciativa do projecto n.º 121 da
commissão de fazenda, apresentado á camara na
sessão de 30 de abril de 1859, e que confirma treze
pensões concedidas pelo governo. Sala da camara
dos deputados, em 3 de março de 1860. — H. G.
da Palma, deputado pelo circulo de Tavira.

13.ª Renovo a iniciativa do projecto n.º 121 da
commissão de fazenda, apresentado á camara na
sessão de 30 de abril de 1859, e que confirma treze
pensões concedidas pelo governo. Sala da camara
dos deputados, em 3 de março de 1860. — H. G.
da Palma, deputado pelo circulo de Tavira.

14.ª Renovo a iniciativa do projecto n.º 121 da
commissão de fazenda, apresentado á camara na
sessão de 30 de abril de 1859, e que confirma treze
pensões concedidas pelo governo. Sala da camara
dos deputados, em 3 de março de 1860. — H. G.
da Palma, deputado pelo circulo de Tavira.

15.ª Renovo a iniciativa do projecto n.º 121 da
commissão de fazenda, apresentado á camara na
sessão de 30 de abril de 1859, e que confirma treze
pensões concedidas pelo governo. Sala da camara
dos deputados, em 3 de março de 1860. — H. G.
da Palma, deputado pelo circulo de Tavira.

16.ª Renovo a iniciativa do projecto n.º 121 da
commissão de fazenda, apresentado á camara na
sessão de 30 de abril de 1859, e que confirma treze
pensões concedidas pelo governo. Sala da camara
dos deputados, em 3 de março de 1860. — H. G.
da Palma, deputado pelo circulo de Tavira.

Receita cobrada na alfandega grande de Lisboa, no mez abaixo declarado, dos annos de 1859 e 1860, comparada com a receita do dito mez, orçada para o anno economico de 1859-1860

MEZ	PROVENIENCIAS DA RECEITA	1859		1860		RECEITA ORÇADA PARA O ANNO ECONOMICO DE 1859-1860 (a)	
		PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL
Fevereiro	de importação.....	1370\$370	180\$389\$240	1849\$160	145\$156\$602	1387\$818	150\$588\$530
	das possessões.....	1370\$370	180\$389\$240	1849\$160	145\$156\$602	1387\$818	150\$588\$530
	de varios generos e mercadorias.....	1370\$370	180\$389\$240	1849\$160	145\$156\$602	1387\$818	150\$588\$530
	de sabão e sabonetes.....	1370\$370	180\$389\$240	1849\$160	145\$156\$602	1387\$818	150\$588\$530
	quinto differencial.....	1370\$370	180\$389\$240	1849\$160	145\$156\$602	1387\$818	150\$588\$530
	tabaco.....	1370\$370	180\$389\$240	1849\$160	145\$156\$602	1387\$818	150\$588\$530
	de exportação.....	1088\$413	1548\$018	1297\$406	1512\$159	1692\$026	178\$694\$165
	direito fixo e 1 por milhar.....	1088\$413	1548\$018	1297\$406	1512\$159	1692\$026	178\$694\$165
	4 por milhar por lei de 14 de agosto de 1858.....	1088\$413	1548\$018	1297\$406	1512\$159	1692\$026	178\$694\$165
	de reexportação.....	406\$271	910\$039	430\$334	87\$934	471\$175	1027\$731
	adicionaes nos emolumentos (7 %). (tonelagem nacional.....	406\$271	910\$039	430\$334	87\$934	471\$175	1027\$731
	adicionaes nos emolumentos (7 %). (dita estrangeira.....	406\$271	910\$039	430\$334	87\$934	471\$175	1027\$731
	de porto.....	1320\$633	4210\$633	1320\$633	4210\$633	1320\$633	4210\$633
	imposto por lei de 14 de agosto de 1858 (3 %). 5 % adicionaes.....	1320\$633	4210\$633	1320\$633	4210\$633	1320\$633	4210\$633
	remanescente do cofre dos emolumentos.....	1320\$633	4210\$633	1320\$633	4210\$633	1320\$633	4210\$633
Fevereiro	produto de.....	1865\$270	1597\$373	2046\$460	129\$630	2018\$688	3190\$560
	fazendas abandonadas.....	1865\$270	1597\$373	2046\$460	129\$630	2018\$688	3190\$560
	ditas demoradas.....	1865\$270	1597\$373	2046\$460	129\$630	2018\$688	3190\$560
	proprios nacionaes.....	1865\$270	1597\$373	2046\$460	129\$630	2018\$688	3190\$560
	condemnações.....	1865\$270	1597\$373	2046\$460	129\$630	2018\$688	3190\$560
	multas.....	1865\$270	1597\$373	2046\$460	129\$630	2018\$688	3190\$560
	tomadas.....	1865\$270	1597\$373	2046\$460	129\$630	2018\$688	3190\$560
	armazenagem.....	1865\$270	1597\$373	2046\$460	129\$630	2018\$688	3190\$560
	decima da companhia.....	1865\$270	1597\$373	2046\$460	129\$630	2018\$688	3190\$560
	imposto por carta de lei de 25 de abril de 1857.....	1865\$270	1597\$373	2046\$460	129\$630	2018\$688	3190\$560
	Recitas de diversas origens.....	1865\$270	1597\$373	2046\$460	129\$630	2018\$688	3190\$560
	Amortização de notas.....	1865\$270	1597\$373	2046\$460	129\$630	2018\$688	3190\$560
		1865\$270	1597\$373	2046\$460	129\$630	2018\$688	3190\$560
		1865\$270	1597\$373	2046\$460	129\$630	2018\$688	3190\$560
		1865\$270	1597\$373	2046\$460	129\$630	2018\$688	3190\$560
		1865\$270	1597\$373	2046\$460	129\$630	2018\$688	3190\$560

Receita cobrada na alfandega do Porto, no mez abaixo declarado, dos annos de 1859 e 1860, comparada com a receita do dito mez, orçada para o anno economico de 1859-1860

MEZ	PROVENIENCIAS DA RECEITA	1859		1860		RECEITA ORÇADA PARA O ANNO ECONOMICO DE 1859-1860 (a)	
		PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL	PARCIAL	TOTAL
Direitos	de importação.....	93645	84:195\$655	—\$—	37\$055	103:154\$714	
	das possessões.....	93645	84:195\$655	111:789\$645	103:154\$714		
	de varios generos, e mercadorias.....	455\$320	235\$245	272\$875	392\$978		
	estrangeira.....	2052\$735	526\$784	6:757\$530	7:129\$718		
	de sabão e sabonetes.....	551\$921	551\$921	1:230\$236	1:235\$253		
	quinto differencial.....	34\$260	143\$810	436\$298	436\$298		
	de vinho.....	6827\$205	375\$321	7\$970	174\$240		
	de exportação.....	373\$255	855\$900	473\$040	515\$348		
	de varios artigos.....	558\$500	672\$740	4216\$760	2:979\$496		
	direito fixo, e 1 por milhar.....	672\$740	2:151\$670	168\$350	1:240\$011		
	4 por milhar, por lei de 14 de agosto de 1858.....	2:955\$275	34\$380	683\$200	457\$692		
	de reexportação.....	24\$400	580\$480	533\$600	547\$722		
	adicionaes nos emolumentos (7 %).....	1:234\$622	1:234\$622	44\$520	251\$344		
	de consumo do vinho.....	591\$115	85\$270	1:312\$970	740\$679		
	de porto.....	91\$340	6\$440	1:053\$200	1:077\$216		
Fevereiro	do imposto.....	91\$340	6\$440	3:805\$985	3:584\$170		
	especial de 500 réis em cada pipa de vinho.....	2:400	590\$480	—\$—	112\$437		
	para as obras da barra do Douro.....	2:955\$275	34\$380	643\$485	104\$493		
	por lei de 14 de agosto de 1858 (3 %).....	2:400	590\$480	1:753\$020	1:584\$076		
	da navegação do Douro.....	2:400	590\$480	—\$—	42\$592		
	ancoragem.....	1:234\$622	1:234\$622	2\$709	32\$874		
	5 % adicionaes.....	91\$340	6\$440	346\$265	192\$031		
	remanescente do cofre dos emolumentos.....	91\$340	6\$440	180\$290	471\$902		
	produto de fazendas abandonadas.....	91\$340	6\$440	41\$870	59\$692		
	condemnações.....	91\$340	6\$440	8\$985	23\$595		
	multas.....	91\$340	6\$440	—\$—	—\$—		
	tomadas.....	91\$340	6\$440	—\$—	—\$—		
	imposto do pescado.....	91\$340	6\$440	—\$—	—\$—		
	armazenagem.....	91\$340	6\$440	—\$—	—\$—		
	Recitas de diversas origens	5 % adicionaes.....	91\$340	6\$440	—\$—	—\$—	
imposto por carta de lei de 25 de abril de 1857.....		91\$340	6\$440	—\$—	—\$—		
Amortisação de notas.....		91\$340	6\$440	—\$—	—\$—		
			12:256\$705	15:889\$710			
			117:898\$667	151:897\$199			
					143:010\$322		

das consultas das juntas geraes de districto, e dos relatorios dos governadores civis, por estar convencido, de que essa commissão não fará cousa alguma, como nunca fez nas sessões anteriores.

O sr. *Presidente*:—a mesa fez a nomeação conforme entendeu, e não podia, sem faltar á consideração que o sr. deputado lhe merece, deixar de o contemplar, e isto á bem do serviço. No entanto o sr. deputado fará o que entender.

O sr. *Henriques Secco*:—agradece as expressões de benevolencia que o sr. presidente lhe dirige, mas desde este momento fica desligado da responsabilidade que lhe possa competir como membro d'esta commissão.

O sr. *Alves Martins*:—envia para a mesa um requerimento pedindo esclarecimentos ao governo, e acrescenta que pelas noticias que vieram do Porto pelo telegrapho se sabe da apprehensão de notas falsas, e da prisão de certos individuos, constando até que um dos agentes do ministerio publico fora assaltado, ou se fingiu assaltado, por individuos que se julgavam implicados neste crime; consta-lhe porém que a maior parte dos suppostos criminosos já estão soltos, não passando de uma ficção essa tentativa de assassinato; assim como que também alguns individuos se achavam presos ha mais de oito dias sem culpa formada.

Não faz opposição ao governo neste ponto, em quanto tratar de fazer toda a diligencia para achar os criminosos, e para lhes fazer impor a pena da lei, mas o governo tem obrigação de cumprir as leis existentes, e quando não sejam sufficientes propor as que forem necessarias, mas nunca exorbitar, retendo homens presos por tantos dias, sem se lhes dar a nota da culpa.

O sr. *Ministro da justiça* (Mártenes Ferrão):—já foi pelo ministerio a seu cargo, remetida á commissão creada especialmente para o exame d'este negocio, uma grande porção de papeis a este respeito; hoje mesmo assignou o officio de remessa de outra grande porção de papeis, e o que resta virá por estes dois ou tres dias, pois depende só de algumas copias que é preciso que fiquem na secretaria para continuação das diligencias que por ali se tem feito, e por tanto já se vê que o requerimento do sr. deputado estava satisfeito antes de s. ex.ª o fazer.

Foram presos alguns individuos, como se annunciou nos jornaes, por occasião das diligencias que se fizeram e que tem continuado a fazer-se no Porto. Um grande numero d'elles está preso e pronunciado, e outros foram soltos, por se não acharem implicados; e não só no Porto, mas também em outros pontos do reino têm-se feito muitas diligencias, não deu porém ordem alguma para que se procedesse contra as leis.

O illustre deputado sabe quaes as prescripções da ultima lei, em relação á repressão do crime de moeda falsa, e como ali foi assimilhado esse crime ao crime de roubo; e por consequencia os actos que as autoridades praticaram foi em virtude da lei.

O illustre deputado disse lhe constava, que alguns presos tinham sido retidos mais tempo, do que aquelle que lhes marca a lei; não lhe consta nem official nem extra-officialmente que isso succedesse, no entanto se esse caso se deu, expediria os ordens necessarios para que similhante abuso se não repita.

O sr. *Ferreira*:—deseja saber se o sr. ministro da justiça se deu já por prompto para responder á sua interpellação.

O sr. *Ministro da justiça* (Mártenes Ferrão):—declara estar prompto para responder ao sr. deputado, quando o sr. presidente marque o dia para esse fim.

Os srs. Lopes Branco, visconde do Pindella, Teixeira de Sampaio, J. A. Maia, Menezes Pitta, e Lobo d'Ávila mandam para a mesa notas de interpellação, e requerimentos pedindo esclarecimentos ao governo, de que se dará conta na sessão immediata.

ORDEM DO DIA

CONTINUA A DISCUSSÃO DA RESPOSTA AO DISCURSO DA COROA.

O sr. *Presidente*:—continua com a palavra o sr. ministro do reino, a quem ficou reservada da sessão anterior.

O sr. *Ministro do reino* (Fontes Pereira de Mello):—quando tomara a palavra, na sessão de sabbado, para responder ao illustre deputado que o precedeu, bem sabia que se impunha a si proprio uma tarefa summamente impropria e difficil. Levantou-se para cumprir um dever de posição, e satisfazer á elle quanto couber nas suas forças.

Felizmente os discursos, como aquelle que pronunciou o illustre deputado, são já raros no nosso parlamento, porque elles seriam a negação e a ruína do systema representativo, se nós a proposito da resposta ao discurso da coroa, viessemos fallar, como fez o illustre deputado, das tendencias geraes do ministerio, das suas feições politicas, da dissolução das camaras, do bill de indemnidade, do recrutamento, da lei eleitoral, das finanças, do credito, de tudo em fim, que ha de ter o seu lugar proprio de discussão; que ha de ser assumpto de debate em uma occasião dada, que ha de merecer o exame circumspecto e maduro da camara; se assim se fizesse, incorreriamos n'uma falta gravissima, de que o bom senso dos parlamentos anteriores não tinha já alliviado, e iriamos comprometter grave e profundamente o systema representativo.

O illustre deputado, que é tão lido nas praticas dos outros paizes, que conhece o que lá fora tem feito e fazem os homens mais eminentes d'aquellas nações, que estão mais adiantadas do que nós no systema representativo, deve saber que esta marcha está já banida, e que os homens especiaes, os homens distinctos, as primeiras espadas parlamentares, guardam para as occasiões opportunas, para o campo do debate, a manifestação das suas opiniões e das suas idéas, para triumpharem ou morrerem com ellas.

Acha-se ainda n'uma posição mais difficil e mais excepcional, porque é commun, trivial e constante, que os homens publicos tenham de vir ao parlamento defender as suas medidas, as suas opiniões e os seus actos; mas que se levante um ministro da coroa, um homem publico, para defender, não os actos por elle praticados, mas os actos praticados por ministros que vieram antes d'elle, é cousa extremamente rara; e é esta a posição em que se acha diante do illustre deputado, porque s. ex.ª não atacou o gabinete, de que tem a honra de fazer parte, não combatu as suas idéas ou os seus principios, combatu a sociedade na sua existencia, o principio do governo, que não é d'este nem d'aquelle partido, nem pertence a este ou aquelle gremio, mas que é de todos, e sobre tudo dos homens publicos que têm estado á frente dos negocios, que têm uma longa carreira, e que têm as suas opiniões compromettidas, de modo que nunca podem esquecer.

A proposito de falsificação de programma: qual foi o programma politico apresentado pela administração, de que tem a honra de fazer parte? Quaes foram os principios fundamentais, as medidas mais importantes, sobre as quaes o governo disse que ia chamar a attenção do parlamento? Qual foi a sua profissão de fé politica? O governo absteve-se, e prudentemente, de fazer programma, porque elles têm sido muitas vezes modificados, e a que se falta, por força das circunstancias, a maior parte das vezes. O governo pediu ás camaras e ao paiz que aguardassem os seus actos, e que o julgassem por elles. Pôde o illustre deputado censurar esses actos, divergir da politica do governo; mas dizer que falsificou o seu programma? Qual programma se se não fez? O verdadeiro programma no systema re-

presentativo são os precedentes dos homens, os seus actos; as suas opiniões emitidas na imprensa e na tribuna, são a guia pela qual se devem dirigir, e por onde os outros devem affeerir o seu procedimento. Os programmaes são vivos: era o illustre deputado; era elle, assim como todos que têm opiniões definidas.

Depois de accusado o governo de falsificação de uma cousa que não existiu, o illustre deputado veio ao proprio sentimento do governo, aquelle que é mais caro a todo o homem que se respeita, que é o sentimento da gratidão. Fostes ingratos e injustos, disse s. ex.ª, porque tendo obtido da camara as autorisações que pedistes, finheis obrigação de dar-lhe conta do uso que fizestes d'essas mesmas autorisações.

Em politica, na esfera elevada das considerações em que os homens tem obrigação de collocar-se, em casos difficéis não é o sentimento de gratidão, que é altamente respeitavel de homem para homem, que deve inspirar o governo. O sentimento politico, o triumpho das opiniões que se reputam as mais uteis á causa publica, são as unicas normas por onde se deve dirigir o governo.

O governo tinha recebido da camara dissolvida as diversas autorisações, mas não era obrigado, nem pelas leis, nem pelos precedentes, nem pelas praticas a vir áquella camara e só a ella dar conta do uso que fez d'essas autorisações. Aonde se iria com essa doutrina? Era um meio simples de coartar as prerogativas da coroa; era um meio simples dos parlamentos se tornarem tão eternos, quanto o permitem as leis do estado.

O governo não só falsificou o seu programma, mas foi mais longe, aconselhou á coroa a dissolução da camara dos deputados, dissolução que, segundo a opinião do illustre deputado, não pôde ser decretada senão quando existe um motivo de salvação publica, ou um conflicto entre os conselhos da coroa e a mesma camara, o que não teve lugar.

Tem havido sete dissoluções de camaras d'esde 1834; algumas por effeito de revoluções, que em diversas epochas tem agitado o paiz, que levaram os ministros a aconselhar ao poder moderador a dissolução da camara; outra vez, e n'essa tinha a honra de ser ministro da coroa, porque houve desharmonia entre o pensamento politico do governo e a camara; e outras, em que sem haver nenhum d'esses casos o governo julgou prudente á causa publica aconselhar ao chefe do estado, que usasse da prerogativa que lhe concede a carta constitucional, e que appellesse para o paiz; porque a dissolução não é um acto que signifique menos respeito, menos deferencia pelos fóros populares, como parece deduzir-se das observações do illustre deputado, é o contrario; é um apello para o paiz, apello para que a coroa está autorizada pela constituição do estado.

O que o governo fez, foi o que se fez em 1858, em 1840, e o que se tem feito em paizes regidos pelo systema representativo. Ha, porém, casos em que o governo toma uma grande responsabilidade n'este conselho que dá á coroa; ha outros em que elle é indicado por todas as razões e conveniencias; d'essas razões e conveniencias só é juiz o governo, e depois d'elle o parlamento que succede ao dissolvido. Ainda no anno passado o ministerio inglez annunciou a dissolução da camara dos communs, e poucos dias depois um dos homens mais distinctos d'aquelle paiz, explicando-se na camara, disse, que era o primeiro a reconhecer, que a coroa, sobre o conselho dos ministros responsaveis, tinha a autoridade amplissima em todas as circunstancias e occasiões de dissolver a camara dos communs, mas que podia haver questão sobre a opportuidade do acto, e que a occasião em que o governo carecia da promulgação de certas leis indispensaveis para a vida economica e administrativa do governo, não era a mais conveniente para aconselhar a dissolução da camara.

Mas quando o governo portuguez aconselhou a dissolução da camara qual era a lei de que precisava para viver, sem faltar aos seus deveres e sem ultrapassar os limites de suas attribuições? Havia necessidade de prorogar o prazo para o giro da lei da moeda, e o nobre deputado entendeu que o governo carecia de um bill de indemnidade pelo modo por que procedeu, bill de indemnidade que a camara já votou, mas que s. ex.ª negou em nome dos seus principios, da sua coherencia, e conforme com as suas idéas constantemente sustentadas. Segundo a opinião do illustre deputado, o bill de indemnidade não pôde ser concedido senão quando o governo tem provado que circunstancias de força maior o obrigaram a praticar um acto que sae fóra dos limites da constituição e das leis; mas concordando em parte com a doutrina de s. ex.ª, não pôde eximir-se de lhe ponderar quanto têm variado as suas opiniões depois que tem voto nas causas publicas. Não lhe parece que fosse a primeira vez que o nobre deputado concedesse bill de indemnidade ao governo, e não cre que as circunstancias em que estavam os governos a quem o nobre deputado os concedeu fossem mais favoraveis de baixo de ponto de vista com que s. ex.ª encorou a questão, de que a situação do governo actual. Referindo-se a este assumpto, não trata de apreciar de qualquer maneira que seja, nem remota nem proxima, a natureza, a importancia ou a politica nem dos governos anteriores, nem dos seus actos, porque condemnando pelos seus principios e pelos seus precedentes estes exames retrospectivos, que só servem para avivar feridas que todos desejam cicatrizar, não será elle que venha levantar questões que ha muito tempo devem estar findas. Mas em 1844, depois da revolução de Almeida e depois do governo ter ficado triumphante, julgou conveniente adiar as cortes e assumir a dictadura. Ninguém pôde negar que estes dois actos foram voluntarios da parte do governo. E não foi uma dictadura insignificante que se possa comparar com o providenciar sobre o curso da moeda; foi uma dictadura que dizia respeito á constituição e organização do poder judicial, ao professorado, á instrucção publica, a assumptos da maior gravidade; mas n'essa epocha o nobre deputado encorou a questão de outra maneira. Aduzindo então a opposição os mesmos argumentos que o illustre deputado hoje emprega, isto é, que não se devia conceder o bill de indemnidade, porque os actos do adiamento e da dictadura tinham sido voluntarios da parte do governo, s. ex.ª disse então: «Não devemos entender d'essa maneira tão restricta o direito do parlamento para conceder o bill de indemnidade; este deve ser considerado e concedido de baixo do ponto de vista da conveniencia publica e da urgencia das circunstancias. Se o procedimento do governo em relação a este assumpto era urgente, se as medidas foram convenientes para o paiz, o parlamento deve conceder o bill de indemnidade; era este o *salus populi* dos romanos.» Então, segundo opinião do illustre deputado, o *salus populi* dos romanos consistia na urgencia e na conveniencia publica.

E não podendo negar estas circunstancias á medida que o governo tomou com relação ao curso da moeda, porque da falta da prorrogação do prazo se podiam seguir consequências desastrosas, como pôde o illustre deputado considerar diversamente as duas hypotheses, como sustenta hoje uma doutrina inteiramente opposta á que seguiu em 1844, o illustre deputado que se apresenta na camara como o guia, o salvador da situação, que se declara inimigo capital de todos os Protheos, e que incomoda a cada instante os heroes e semi-deuses que jasm debaixo da campã ha tantos seculos?

Ainda o illustre deputado quiz imputar ao governo a falta, erro ou crime de ir fazer pesar com as prerogativas da coroa sobre os fóros e immundidades populares; a coroa que já tem o veto absoluto, a coroa a quem o illustre deputado queria dar o veto suspensivo. Não discute esta questão, e Deus o livre, tendo condemnado o que o debate se desvia, de trazer para elle assumptos que são de *jure constituido*, que estão regulados ha muito tempo e que por vantagem de todos os partidos estão já fóra da discussão. Graças a Deus que entrámos n'um caminho a que s. ex.ª não está afeito (*apoiados*). S. ex.ª hibernou por dez annos, e veio ao fim d'elles trazer á camara as mesmas idéas, as mesmas opiniões, os mesmos sentimentos e as mesmas paixões, que ha dez annos pulularam nas suas orações n'esta casa. Já teve a honra de ser collega de s. ex.ª, já o ouviu por muitas vezes; são os mesmos discursos, são as mesmas paixões de outr'ora; mas é uma politica diversa, mas são opiniões contrarias, mas são censuras para onde antes eram os elogios, mas são os elogios para onde antes eram as censuras. É esta a coherencia politica do nobre deputado, é este o seu horror aos Protheos, com o que s. ex.ª declarou que enobrecia a sua carreira parlamentar! Estamos n'uma epocha inteiramente diversa, entrou-se n'um caminho a que não estavam acostumados. Hoje não se discutem nem as prerogativas da coroa, nem se o veto deve ser suspensivo ou absoluto, nem se a segunda camara deve ser hereditaria ou vitalicia; hoje os homens de todas as parcialidades, aquelles que amam deveras o paiz, querem que se discutam antes os caminhos de ferro, os grandes commettimentos de civilização, para não ficarmos constantemente trinta ou quarenta annos atrasados de outros povos, adiante dos quaes fomos em outras epochas.

Tambem o illustre deputado encontrou nas infracções commettidas pelo governo, a violação da lei eleitoral, lei que significa um grande adiantamento politico, um grande melhoramento no systema representativo, e que foi votada com os applausos e apoio dos homens das diversas parcialidades. Essa lei tem um ponto sobre todos importante, um pensamento ao qual se subordinam todas as outras disposições, que está consignado no artigo 25.º, que é a eleição por circulos de um só deputado. Tendo sido promulgada esta lei, o governo fallaria ao seus deveres, ás opiniões que emittiu na camara e na imprensa, se acaso possesse de parte uma providencia tão importante e tão grave e fosse fazer a eleição pelo decreto de 30 de setembro de 1852. Nega mesmo que o governo tivesse faculdade para o fazer, porque o decreto de 30 de setembro ficou em vigor pela nova lei em tudo que por ella não era reformado, e estava reformado na parte que dizia respeito á divisão dos circulos. Podiam os legisladores, podia algum ter a pretensão cerebrina de que, porque a lei providenciava a respeito dos recursos em certas condições que não era possivel realisar antes de um certo e determinado tempo, o poder moderador ficasse inhibido de dissolver a camara dos deputados, se isso lhe conviesse? O governo fez o que podia fazer. Ou havia de parar diante da necessidade politica de dissolver a camara dos deputados, o que seria absurdo, porque era sujeitar um grande principio politico a uma circumstancia puramente accidental, de se ter promulgado uma lei onde se estabeleciam prazos que findavam em 30 de junho e a dissolução da camara tinha lugar em novembro, ou havia de proceder do modo por que o fez.

Mas o illustre deputado viu a infracção ao artigo transitorio da lei, e é precisamente n'esse artigo que, *contrario sensu*, encontra razões para provar que o governo obrou em conformidade com a mesma lei. O artigo transitorio é a excepção para o caso de se fazer a eleição para preencher as vagaturas que havia na camara de então, e não para o da dissolução.

Não esqueceu o illustre deputado tocar, ainda que de passagem, mas incisivamente, na lei do recrutamento, descrevendo as tropellas, vexames e jurisprudencia barbara que no paiz se observou com relação a este assumpto. Deixou sem compaixão e sem dó de considerar os resultados que provinham da não execução da lei, os prejuizos que soffrem aquelles que estão debaixo das correias, devendo já ter tido baixa, e notou que se tivessem tentado prisões, parecendo feri-lo mais, que ellas se não tivessem limitado ás classes inferiores, como se na satisfação do imposto de sangue podesse haver distincção de classes. Esta questão não deve ser tratada no campo do sentimentalismo; é a questão mais grave que pôde ser tratada no parlamento, e pede á camara, aos seus amigos e mesmo adversarios, que n'um assumpto tão melindroso ponham de parte todas as razões de sentimento que podem dominar o seu espirito, e concorram para que os preceitos da lei sejam applicaveis a todos sem distincção, para desterrar, quanto possivel, o recio inveterado no povo portuguez para o serviço militar, pois que a repugnancia que ha ao serviço militar nasce sem duvida da circumstancia de se conservar longo tempo no serviço os soldados que devem ter baixa (*apoiados*).

É verdade que n'uma minoria insignificante dos districtos do reino, se verificou um ou dois contingentes do recrutamento pela lei de 1855; mas que dizer isso em comparação das faltas que se notaram em todos os outros districtos? O governo não fez mais do que cumprir a lei, e o proceder das autoridades foi em conformidade com as disposições da mesma lei.

A lei pôde ser má, porém a verdade é, que, na presença das suas disposições, não podiam as autoridades administrativas ser incriminadas por haverem executado o que ella manda no artigo 56.º; nem se pôde dizer que fizeram o recrutamento a cordel, tendo procedido dentro dos limites da lei.

As reformas ministeriaes foram assumpto de largas e pungentes observações do illustre deputado. S. ex.ª estabeleceu um principio com que elle, orador, se não conforma, porque querendo que ellas fossem consideradas principalmente de baixo do ponto de vista financeiro, sem distinguir qual a utilidade ou o prejuizo que das suas disposições resultava, foi ao assumpto financeiro, e disse que o illustre deputado que lhe diga, que não devem ser consideradas sómente de baixo d'esse ponto de vista, porque vê-las sómente através do prisma da despeza do thesouro, sem considerar o ponto de vista administrativo, e sem considerar a relação em que estão para com a melhoria do serviço, é um erro gravissimo, e que faz com que se veja de uma maneira apaixonada um assumpto.

(Interrupção do sr. Silveira Cabral, que não se percebeu.)

As paixões é que tem guiado sempre os grandes homens aos grandes commettimentos, é que tem feito tudo quanto no mundo ha de grande e illustre; e se o sr. deputado, n'este caso, tivesse feito uma argumentação apaixonada, isso nada significava nem contra o seu caracter, nem contra a sua intelligencia.

Elle, orador, entende, que a argumentação de s. ex.ª fora apaixonada, e bem o cre, porque s. ex.ª viu 150:000\$000 réis onde elle, orador, não vê nem 30:000\$000 réis.

Maravilhado d'esta faculdade augmentativa, declara que ha de contestar a demonstração feita por cifras, quando o illustre deputado a faça, por quanto, não se tendo feito a reforma dos ministerios da fazenda e dos negocios estrangeiros, a do ministe-

rio da justiça importou em 3:000\$000 réis, a do ministerio das obras publicas em 5:000\$000 réis, e a do ministerio do reino em 8:000\$000 réis, em quanto ao estado actual, ao passo que da do ministerio da guerra não proveu augmento de despeza, e da do ministerio da marinha proveu receita. Ora, considerando todas estas verbas, reunindo-as, sommando-as, não pôde comprehender como s. ex.ª architectou, tamanha quantia por effeito d'essas reformas; e reserva-se para a demonstração, para a qual desde já empenha a sua mais profunda attenção.

E agora que se trata de reformas, agora que elle, orador, tratou de assumptos ligados com a administração publica, e principalmente com a administração superior, com as secretarias de estado, com os ministerios, permitta-lhe a camara que possa passar em revista as observações com que o illustre deputado terminou o seu discurso na sessão de sabbado, e com que começou o seu na mesma sessão.

O illustre deputado tendo diante de si constantemente o espectro da despeza publica, passou em revista não os diversos serviços dos diferentes ministerios, não o modo por que estão organizados, não o modo por que funcionam, as suas relações de uns para outros, a maneira por que as autoridades subordinadas cumprem as ordens das superiores, mas foi buscar dois ou tres individuos a uma dada secretaria d'estado, e disse: «eis-aqui o desperdicio; vede, aqui tendes tres empregados com tanta accumulção de empregos, de ordenados e de gratificações; vede, como este governo dispõe dos diuheiros publicos; vede a confiança que nos pôde inspirar; como lhe podemos votar tributos, como elle pôde estar á frente dos negocios publicos!» E se não se serviu d'estas palavras, foi pelo menos este o seu raciocinio, que de certo estava latente e precedia as observações que s. ex.ª fazia na camara.

Mas são essas accumulções obra do governo actual? São da responsabilidade d'elle, ou serão da responsabilidade dos seus antecessores desde muitos annos, e mesmo do tempo do illustre deputado quando ministro da coroa? Pois no tempo do illustre deputado não havia gratificações nas secretarias, não havia emolumentos? Pois não sabe, como quanto possa ser um methodo improprio de remunerar serviços, que estão autorizados pelas leis do estado?

E demais: haverá conveniencia ou inconveniencia em certas accumulções? Serão ellas vantajosas ou prejudiciaes aos interesses publicos? Pede licença ao illustre deputado e á camara para dizer, que nós desgraçadamente temos caminhado de abuso em abuso, de erro em erro, e que para sairmos das difficuldades nos temos precipitado muitas vezes na inconveniencia. Houve tempo em que o excesso das accumulções era tal que indignava; de toda a parte, de todas as ladas da camara se condemnava esse excesso; e então foi-se cair no inconveniente contrario, não haver accumulções algumas. Todos sabem que isto não pôde ser admitto como regra, e como o contrario é que dá lugar a esta censura inopportuna e individua que o illustre deputado faz, (e diz indevida porque s. ex.ª já tinha as accumulções no seu tempo e devia ter começado por as prohibir quando ministro) pergunta: será possivel haver um homem bastante habilitado para exercer as funções, v. g., de membro do conselho de instrucção publica por 300\$000 réis annuaes; um engenheiro com os devidos conhecimentos para ser membro do conselho de obras publicas por 200\$000 réis? Ora digam-lho com a mão na consciencia.

Esta accumulção organizada assim, é uma economia para a fazenda publica, um principio de boa administração, em que o governo vae procurar os homens capazes, dignos, que não abundam entre nós, que não abundam em parte nenhuma do mundo, para o exercicio de certos cargos, que seria necessario que fossem devidamente remunerados para serem compensados.

Veja a camara qual é a arguição, e quaes as consequências da censura do illustre deputado, não só aos homens que hoje compõem o gabinete, como a todos aquelles que têm sido ministros. Elle, orador, defende a todos, porque entende que, quem procedeu assim, procedeu no interesse e conveniencia publica (*apoiados*).

O illustre deputado também censurou o governo por não haver feito a redução dos governos civis e dos bispos, a que chamou *sinécuras*, mas tendo a lei de 29 de maio de 1843, que autorizou a redução dos governos civis, sido anterior á epocha em que s. ex.ª geriu a pasta do reino, não pôde comprehender como s. ex.ª vem hoje atacar o governo por não ter estabelecido esse principio, quando s. ex.ª ou não quiz ou não o pôde estabelecer então. Se os governos que succederam á promulgação d'essa lei, não usaram d'essa authorisação, foi por entenderem que por qualquer motivo de interesse publico, não convinha a redução dos governos civis.

A divisão administrativa carece com effeito de uma grande reforma, que elle, orador, é o primeiro a reconhecer e a confessar; mas se ha causa difficil, importante, que affecte os interesses, os commodos, os preconceitos, o espirito dos povos, é essa divisão. Se o governo não se prevenir com todos os elementos necessarios, se não fizer preceder este acto de um estudo muito serio das circunstancias em que se acham os diversos povos, os districtos, os concelhos, arrisca-se a commetter graves erros. É pois uma medida que talvez fosse necessario pôr-se em pratica, mas não lhe parece que no momento actual haja os necessarios preparativos para a fazer vingar. Julga mais prudente, mais discreto, mais conveniente e mais util, quando se trata de dotar o paiz de grandes melhoramentos, de caminhos de ferro, de estradas, que o governo estude as circunstancias especiaes das localidades, para poder tomar a iniciativa em occasião opportuna sobre assumpto de tanta gravidade.

Não pôde deixar, ainda que de passagem, de alludir a uma observação do illustre deputado, que poderia fazer uma grande impressão na camara e no paiz, senão fosse desmentida pelos factos. S. ex.ª na disposição em que estava de censurar o governo em tudo e por tudo, o illustre deputado que tem bustante capacidade e talento para ter idéas suas, fez-se echo de outros, e não querendo no seu discurso deixar passar desapercibido aquillo com que julgava fazer mais effeito no animo da camara, declarou que por esse paiz todo campeava o favoritismo, e o crime impune, e que a situação do paiz, de baixo d'este ponto de vista, era assustadora, porque se caminhava para o abismo, que elle, orador, está a ver ha muito diante dos deputados da opposição, sem que até hoje todavia se tivesse dado esse caso, e esperando em Deus que não virá a dar-se, com o auxilio de todos, e mesmo com o do illustre deputado.

A tranquillidade publica, que não foi um beneficio constante em todas as epochas e em todas as circunstancias, que se deve de certo á concorrencia de todos os partidos politicos e ao bom senso de todos os homens eminentes d'esses partidos, é um bem tão apreciavel, tão importante, tão necessario para todos os melhoramentos e vantagens que se querem obter para o paiz que não devia ficar desapercibido, e que o governo julgou conveniente manifestar na falla do throno. Os illustres deputados contestaram a existencia d'esse bem, e fizeram mais, disseram que o crime campeava, e de uma maneira assustadora. Não ha outro meio de o verificar senão pelas estatisticas; e elle, orador, diz com satisfação, como homem publico e como portuguez, para conhecimento da camara e do paiz, e para sa-

tisficação de todos, segundo os documentos que o governo tem presentes e que ha de apresentar á apreciação da camara, quando a ella trouxer o relatório do ministerio do reino, que felizmente os crimes vão em uma progressão decrescente, principalmente aquelles que mais affligem a humanidade e mais offendem a moral publica. E note-se bem, que não se pôde attribuir nem a este nem a aquelle ministro o augmento ou a diminuição dos crimes de diversas ordens, porque as causas que influem na criminalidade de um paiz são de tantas naturezas, tão varias, tão complexas, são subordinadas a considerações e a condições tão alheias á vontade, não de um certo homem, mas de todos, que é impossivel que ninguém se possa adornar exclusivamente com o laurel de ter contribuido só por si, ou de ter feito só por si diminuir a criminalidade em larga escala; assim como não se pôde lançar á conta de ninguém o augmento d'ella n'uma circumstancia dada; entretanto o que é bom ver, o que honra as tendencias da epocha é a diminuição successiva, o sobretudo nos crimes mais graves, nos assassínios, que tem havido desde 1833 ou 1834, que é a ultima estatistica posterior ao relatório apresentado á camara pelo ministerio do reino d'esse tempo. Os assassínios têm diminuido quasi metade; e sendo assim, sendo esta diminuição tão sensivel, tão importante porque diz respeito a um objecto que affecta de tal forma a moralidade do paiz, a sua segurança a sua tranquillidade, o seu progresso, não será injusto que venham lançar-se na camara essas accusações trevas, constantes, eternas, que tantas vezes se têm ouvido, pronunciadas por muitos homens politicos de todos os lados d'ella? Quando os factos estão a desmentir tais accusações, pede á camara que em objectos d'esta natureza não se deixe levar pela impressão do momento, porque é só na presença de documentos irrefragaveis, incontestaveis, e que não se podem falsificar, que deve julgar, não este ou aquelle governo, mas as tendencias da epocha, se é verdade que ninguém pôde supor que são os ministros quem mandam assassinar e roubar.

Tratará ainda de um assumpto, senão o mais grave, dos mais graves que o illustre deputado mencionou, e que affecta profundamente, não a existencia do governo, mas de todos os governos possiveis; e lamenta que na camara, em pleno parlamento, e por um homem que já teve assento nos conselhos da coroa, se levantassem vozes aterradoras para prejudicar um dos grandes elementos de governo das nações modernas, sem o qual não podem passar devidamente, e que affecta os seus mais caros e preciosos interesses: falla do credito publico. Sente que o illustre deputado, remontando-se a eras distantes, desenterrando dos archivos os orçamentos antigos, indo até á infancia do systema representativo entre nós, estivesse a analisar verba por verba, como se podiam contar as palpações do coração de um homem, o augmento progressivo, immediato, incessante da divida publica, apresentando-o como um symptoma de decadencia, como symptoma das graves difficuldades que nos cercam, e como um presagio de futuros embargos. Lamenta que o illustre deputado, que não distinguia situações, que foi a 1833, que chegou a 1841, a 1842, a 1852, e ao momento actual, analysando successivamente o augmento da divida publica, não tivesse uma só razão, um argumento unico, uma explicação plausivel para justificar esta tendencia inevitavel, este facto autorisado e forçado pelas circunstancias politicas e especiaes em que o paiz se tem visto; e que em vez de desculpar, attenuar, minorar no espirito publico os inconvenientes d'essas circumstancias, tendesse a augmenta-las, a aggrava-las, a deteriora-las, citando ainda objectos e circumstancias que são inteiramente alheios, e que não podem de maneira alguma influir efficaçmente no augmento ou depreciação do credito publico: para isso nem faltou a cholera, a febre amarella, a molestia das vinhas, a escassez do azeite, as paixões politicas, cousa nenhuma de que o illustre deputado se não servisse como arlete, não contra o governo actual, mas contra todos os governos possiveis, porque não ha nenhum que possa viver, sustentar-se sem manter e melhorar successivamente e por todos os modos o credito publico (*apoiados*). E não teve uma palavra que dissesse para assignalar os esforços innumerosos, os sacrificios inauditos que se pozeram em pratica para a conquista da liberdade (*apoiados*), quando, se o illustre deputado e todos estão no parlamento, é porque o povo tem ingresso na representação nacional, é porque a nação tem uma parte na governação publica, é enfim porque o estabelecimento do systema representativo entre nós teve lugar á custa de grandes sacrificios, que careciam de despezas incalculaveis para se vincular e estabelecer; e o illustre deputado que tinha tanta voz, tanta eloquencia, tantos argumentos para censurar o governo, não teve uma palavra para enobrecer estes actos, esta dedicação, as despezas que se fizeram para assegurar o bem, e as vantagens de que hoje se goza com a liberdade!

E não sabem todos que foi uma necessidade, que foi uma alta conveniencia publica a adopção de medidas, que, se por um lado satisfazião altamente as necessidades economicas do paiz, e os melhoramentos da sua agricultura, por outro lado affectavam profundamente a receita do thesouro? Não será verdade que a extincção dos dizimos, por exemplo, cuja vantagem economica foi incalculavel, trouxe um desfalque na receita publica? (*apoiados*).

E depois d'isso os abalos politicos, as revoluções por que temos passado, essas revoluções que sempre têm custado caras, e que custam caras a todos que as empreendem, e as mil e uma circumstancias que d'ellas se derivam, e o deficit accumulado em consequencia d'esses mesmos acontecimentos, não será tudo isto a explicação do augmento da divida publica? (*apoiados*). Parece-lhe que sim; e se por um lado ha esse augmento que se tem praticado, diria também ao illustre deputado que, nos encargos que effectivamente pesam sobre o thesouro desde epochas antigas, não tem havido a exacerbação que s. ex.ª pretende fazer julgar á camara, quando indicava que o augmento da divida publica no seu tempo não tinha comparação alguma com o de hoje.

Pede ao illustre deputado que compulse, nos os documentos do tempo d'elle, sr. ministro, mas do tempo do proprio illustre deputado, e do tempo em que foi ministro da justiça, e que diga qual era o encargo que pesava sobre o thesouro, e sobre a junta do credito publico, para satisfazer essa divida. Eram 3:500 e tantos contos, apenas 155:000\$000 réis para menos do que no momento actual, pelo orçamento que estava vigorando (*vozes—ouçam, ouçam*). Quando vê que se quer apresentar o paiz, aos olhos de si mesmo, e aos olhos da Europa, como em uma situação desgraçada, e em uma escala para o abismo, que o illustre deputado está a medir de muito alto, com recio de se precipitar n'elle; quando vê todo isto, se não para destruir, ao menos para attenuar profundamente as observações feitas pelo illustre deputado.

O encargo então, repetia, ha treze annos era réis 155:000\$000 menos do que o é no momento actual. E qual é a causa d'isto? São muitas: são as medidas que se têm tomado antes e depois d'isso: boas ou más não as discute agora, não faz por ellas responsavel a ninguém, e em grande parte não pertencem a si.

E pena que o illustre deputado não dissesse logo qual era a causa d'essa grande despeza, com que

s. ex.^a entende que o credito está muito aviltado e nós quasi a submergir-nos.

O systema do governo mudou: é uma cousa que muita gente não tem querido acreditar. Hoje já não se supportam as discussões antigas, nem o genero antigo, porque passou da moda, nem se pôde governar com os mesmos elementos, e mesmos meios governativos que ha dez annos.

Ha uma circumstancia muito notavel entre o orgamento do illustre deputado, quando era ministro, e o orgamento actual, circumstancia que aliás todos reconhecem e todos sabem, mas que é bom pôr bem patente aos olhos para que se veja qual é a causa de todas estas circumstancias.

Havia n'esse tempo um ministerio de menos que era o ministerio das obras publicas. Este ministerio foi creado em 1852: reputou-se então uma necessidade esta creação, ainda que muitos podiam ter uma opinião diversa, mas o caso é que tem resistido ás vicissitudes do tempo e da politica, e tinha a convicção profunda de que já ninguém o destruo. O ministerio das obras publicas era indispensavel desde o momento que o paiz quiz entrar no caminho dos melhoramentos materiaes.

Este principio tem sido sustentado e adoptado por todos os governos, mas não estava em pratica no tempo em que o illustre deputado tinha influencia nos negocios, porque o orgamento de então dava apenas 100.000\$000 réis para todas as obras publicas, em quanto que o orgamento actual, apresentado ás cortes pelos antecessores do ministerio actual, tem perto de 1.000.000\$000 réis fóra as despesas de estradas, caminhos de ferro, e outras obras que costumam ter uma dotação especial.

E não é pena, não é lastima, não é anachronico que na camara se levante uma voz para lamentar o augmento que tem tido a despesa publica, que na maior parte tem sido destinado para satisfazer as grandes necessidades da viação? Não vê o illustre deputado, não fallando em Inglaterra, que tem uma ordem de idéas e de principios inteiramente diversos dos que regem as outras nações, porque em Inglaterra é a industria particular que se encarrega de quasi todos os commettimentos, em quanto nos outros paizes ficam a cargo dos governos ou das companhias; mas não vê o illustre deputado, as vantagens inculcaveis que a Belgica, a França e o Piemonte tem tirado desses melhoramentos, tendo também augmentado a sua divida? Haverá homem de governo ou não governo, em qualquer destes paizes, que tenha lamentado as despesas que se tem feito para dar prosperidade ao paiz, para fomentar a agricultura, e alimentar o commercio e a industria, e para tudo o que é proprio da civilisação moderna?

O augmento da divida publica não é nenhum beneficio, nenhuma maravilha, nem nenhuma vantagem; mas quando se tem feito a troca de medidas de utilidade, quando se está traduzindo ou vai ser traduzida em grandes commettimentos de inculcavel vantagem para o paiz, então é improprio de homens que se presam de que entendem as cousas publicas, que têm amor ao seu paiz, e que tem a consciencia de que fazem o que querem, apontar para elle e para a Europa e dizer: nós somos um paiz em que o credito vai decrescendo por tal sorte, que até por um momento o illustre deputado fallou em que os fundos baixariam a 30%, e fundou calculos sobre esta phantasmagorica operação.

As nações recorrem ao credito quando não podem recorrer ao imposto, e ao imposto não se pôde recorrer em uma grande escala: é impossivel distinguir e separar completamente estes dois elementos de governo. O governo que quiz recorrer ao imposto, sem recorrer ao credito, faz pesar sobre a geração actual todo o peso dos melhoramentos que seus filhos e netos virão desfructar. É injusto que seja sobre a geração actual que pesem unicamente esses encargos, mas também recorrer ao credito como meio unico de governo, seria abuso igualmente fatal.

Al credito não se pôde recorrer senão para circumstancias extraordinarias, ou em circumstancias extraordinarias; ao credito não se deve recorrer senão para os grandes melhoramentos, para a defesa nacional e para todas aquellas obras que siem da ordem natural das cousas e que não estão descriptas nos encargos ordinarios do serviço publico.

A França que é um grande paiz, conta hoje mais de 400 milhões de encargo, e a sua divida consolidada augmentou em tres ou quatro annos mais que a quinta parte desta quantia, e augmentou-a porque não querendo somente recorrer ao imposto, porque lhe era impossivel, tratou de recorrer ao credito para satisfazer as suas aspirações.

Se não temos guerras a emprender, e se por felicidade nossa temos a nossa independencia a coberto de aggressões extranhas, se estamos a coberto sobre tudo pelo amor da patria e sentimento nacional, ao menos empreguemos nossos esforços e nossos meios de desenvolver e melhorar as condições economicas do paiz, augmentar a sua prosperidade e fecundar por todos os modos os contribuintes, para que possam satisfazer os seus encargos sem prejuizo dos seus interesses.

O governo não acompanha portanto o illustre deputado na vereda que seguiu. O governo não desespera da salvação publica, porque não crê que o credito esteja nas circumstancias que apresentou o illustre deputado, e sobre tudo porque n'esta camara, na presença do paiz, na presença dos seus representantes e unido com elles intima e estreitamente, como deve estar unido com homens que se presam e que todos amam não deveras a sua patria, não de achar a solução natural e conveniente a todas as difficuldades em que se encontram. (Vozes: — muito bem.)

(O orador é cumprimentado por um grande numero de srs. deputados.)

É introduzido na sala, presta juramento e toma assento, o sr. Affonso Botelho de Sampaio e Sousa, deputado pelo circulo de Sabrosa.

O sr. Vaz da Fonseca (sobre a ordem):— manda para a mesa um parecer da commissão de agricultura.

Manda-se imprimir.

O sr. Arrolas:—tem apenas a dizer duas palavras, que não diria se não tivesse sido provocado pelos srs. ministros do reino e da marinha, que fallaram em nome do governo.

A camara tinha presenciado o modo porque por que tinha feito uso da palavra, para fazer algumas observações em relação á redacção do discurso da coroa; que se conservou á altura com que no parlamento se devem discutir as questões, sem descer a personalidades: não fez comparações d'esta com nenhuma outra administração, de nenhuma dos actuaes srs. ministros com nenhum dos seus antecessores, não entrou nos fóros da consciencia de ninguém, e suppoz em todos os srs. ministros boas intenções, tem por isso todo o direito para sentir que os srs. ministros quizessem levar a discussão para o campo odioso das personalidades, fazendo-a descer a um ponto que não é muito proprio para o sanctuario das leis.

Nota que o sr. ministro do reino entendeu que era mais facil lançar insinuações e deslocar a questão, do que apresentar provas e argumentos. Parece-lhe que elle, sr. deputado, era movido unicamente pelo espirito de opposição, por que o sr. ministro fallou em grande patriotismo, indicando que só se desenvolveu n'esta occasião por ser muito antiga a questão de Bolama, e elle, orador, nunca ter notado apesar de ser deputado muito antigo que d'ella se não fallasse no discurso da coroa! observa

que o sr. ministro da marinha foi mais explicito, declarando que o governo sentia muito haver perdido um amigo politico. Custa-lhe muito descer até onde foram os srs. ministros, mas não recusando nunca o combate, no terreno em que lho offereciam, não pôde deixar de declarar bem alto que sente profundamente que um tal modo de argumentar saia dos bancos do governo.

Na camara o deputado considera os assumptos segundo as razões que julga ter para os approvar ou regeitar; consulta a sua consciencia, e resolve sem olhar para o rosto dos srs. ministros: nenhuma duvida tem em votar as medidas boas que o governo apresentar, mas ha de regeitar todas as que lhe parecerem inconvenientes (apoiados).

O dever de todo o deputado consciencioso é contribuir para que o paiz tenha boas leis, e não consultar a vontade dos srs. ministros: e o governo engana-se muito n'aquelle modo de contar os deputados, porque não ha nenhum deputado que escreva o seu voto só para o dar passivamente quando os srs. ministros lhe assenarem (apoiados). Ainda ha poucos dias o sr. vice-presidente da camara deu n'este sentido um exemplo de dignidade e independencia de verdadeiro representante do paiz.

Para mostrar á camara a sem-rasão com que os srs. ministros lançaram tal insinuação de mero espirito de opposição, vindo fallar só n'esta occasião sobre materia já tão velha, declarará perante muitos srs. deputados que o tinham ouvido em uma reunião politica, que ainda que não se discutisse a resposta ao discurso da coroa, não podia deixar, como deputado pelas provincias ultramarinas, de fazer algumas reflexões á redacção do discurso da coroa, por se não mencionar n'elle o ultrage feito á nação portugueza na ilha de Bolama, e pela completa nudez que a actual administração apresenta a respeito das cousas do ultramar.

Não é a primeira vez que apresenta na camara a questão de Bolama, porque já no tempo da anterior administração tinha annunciado uma interpellação sobre o mesmo ponto, e foi renovada n'esta sessão, e que não só como deputado, mas já anteriormente como governador geral da provincia de Cabo Verde, tinha chamado a attenção do governo sobre a questão da ilha de Bolama, em um relatório que dirigiu da sua visita á Guiné em 4 de setembro de 1856, e que então previu tudo o que em 1858 aconteceu, como passava a ler (leu).

Tendo mostrado que não foi agora a primeira vez que fallou no parlamento sobre o assumpto suscitado, e que sempre fallou no mesmo sentido, passava a entrar na materia.

A questão de Bolama é antiga, disse o sr. ministro do reino. A questão de Bolama é antiquissima, disse o sr. ministro da marinha; e esta questão ha muito tempo que está affecta á diplomacia, disseram ambos os srs. ministros.

A questão de Bolama é nova, respondia elle, orador, ao sr. ministro do reino; e é novissima, respondia ao sr. ministro da marinha. Para que confundir as questões? O sr. ministro da marinha confessou que eram duas as questões a respeito de Bolama: uma sobre os direitos á posse de Bolama, que era antiquissima, datando de 1839; e outra referida á occupação de Bolama pelos inglezes.

A primeira é muito antiga, e está de ha muito tempo entregue á diplomacia, mas nunca se referiu a ella, só fallou da segunda. Foi mais de tres annos o governador geral da provincia portugueza, a que pertence Bolama, e durante todo esse tempo esteve Bolama livre de aggressões e de mais leve incommodo. As terras estavam arroteadas, bem cultivadas, e os cultivadores satisfeitos sob o dominio da metropole, mas em 26 de agosto de 1858 a Inglaterra, que tratava diplomaticamente a questão dos direitos que pretendia ter á ilha, vai sem nova instancia diplomatica, sem apresentar um ultimatum, só com o direito do mais forte, invade a propriedade portugueza; expolia os cidadãos portuguezes de suas propriedades e haveres: mette a bordo e maltrata o juiz ordinario de Guiné, e offende, como se estivesse em guerra aberta, uma nação aliada, que só tinha de desfavoravel, não possuir os meios para repeller a força com a força. Esta questão é nova, e se a antiga se tratava diplomaticamente entre as duas nações, mais escandaloso e ultrajante se torna ainda, porque, se a Inglaterra a queria acabar, e temia o julgamento por arbitragem, apresentasse o seu ultimatum, e Portugal fizesse como no caso da barça *Charles et George*, mas do modo por que os inglezes o fizeram, ferve o sangue vello, com tanta indifferença e frieza, o governo falla d'este acontecimento.

Sendo a occupação effectiva por parte da Inglaterra, com estabelecimento de autoridades inglezas, expulsão dos proprietarios, e expoliação das propriedades unicamente datada de 26 de agosto de 1858, já se vê que não podia a administração transaccionar a ultimação do discurso da coroa esta occorrença, que foi posterior a essa apresentação, nem elle, orador, n'essa epocha tinha ainda assento na camara, e que em novembro de 1859, quando a actual administração apresentou o primeiro discurso da coroa, em que pela primeira vez se devia apontar aquella ultrage feita por uma nação aliada, o governo abriu a camara para a dissolver, e por isso a camara não quiz fornecer pretextos á dissolução, e privou-se por commun accordo de discutir a resposta.

Não está mesmo certo se estava dentro da sala quando a resposta se votou, mas está certo que quem leu o discurso nem leu a resposta, o que provavelmente aconteceu a muitos outros srs. deputados.

Tem demonstrado que foi mal cabida a reflexão do sr. ministro do reino, de que elle, orador, tinha deixado de notar nos anteriores discursos da coroa á falta de menção de tão grave occorrença, mas que se assim não fosse, não dava ao governo o direito de devassar os fóros da sua consciencia; e não entendia que, porque um deputado em uma dada occasião não tomava a palavra, ficasse inhibido de a pedir, se mais tarde o mesmo assumpto voltasse á discussão.

Não pôde deixar de reflectir também ao sr. ministro do reino, que apesar da lição que tinha queido dar á camara sobre tecnologia, sempre lhe notava que o actual discurso da coroa, fallando de boas relações de amizade, que felizmente existiam, sem indicar restricção ou occorrença de desintelligencia com nação alguma aliada, expressa uma cousa muito differente do que se dizia no ultimo discurso da coroa, apresentado pela anterior administração em que se lia (leu).

E a questão do *Charles et George* foi muito menos ultrajante na sua natureza e na forma porque foi levada.

Sentia fazer comparações, mas foi a isso provocado, e queria mostrar á camara, que votava sempre n'esta casa com a mão na consciencia, e segundo o seu modo de ver as cousas.

Não concordava com o governo em quanto á questão do Congo. Não esteve a contar, como o sr. ministro, quantos foram os pretos que fuzilaram o commandante de uma força mandada ao Congo, mas só viu uma força expedicionaria derrotada, morto o seu commandante, e ferido o governador do Ambriz. Viu a questão por outra face: lembrava-se de que o reino do Congo foi por onde começaram os nossos dominios n'aquellas paragens; que no Congo ha a santa religião de Christo, ali plantada pelos nossos missionarios; que foi a foz do rio Zaire o ponto em que se erigiu o primeiro padrao do dominio

portuguez n'aquella costa: só via que aquellos povos são vassallos da coroa portugueza; que os inglezes e francezes esperam a occasião de occupar aquelle litoral, e que tal occupação arrastaria o nosso commercio de Angola, e de tudo isto conclue que era chegada a occasião de occupar o Congo com o sufficiente numero de fôrtes e presidios, garantindo assim, com o assentimento do proprio potentado que ali governa, a ordem publica que tão amindadas vezes se altera n'aquelle ponto.

Nada mais dizia sobre a materia, porque ella não era para se tratar largamente no parlamento, mas sentia que o governo dissesse que os nossos limites acabavam no Ambriz, com o que provava avaliar de um modo menos vantajoso a questão, e não conhecer os nossos direitos.

Declara francamente que se dava por satisfeito, em quanto á questão da China, depois das explicações do governo, e que com isto prova que é razoavel, e só falla quando está convencido do que diz, e por isso desistindo d'este ponto, cada vez mais se firmava em quanto a Bolama e ao Congo.

No ponto em que mostrou notar o silencio do governo em relação ao ultramar, fê-lo não só pelas apprehensões que lhe causou a nudez do governo a este respeito no discurso da coroa, circumstancia que só com a actual administração teve logar, mas porque no relatório que o governo apresentou sobre o ultramar, muito expressamente viu a idéa de o governo adiar a organização da administração das colonias.

Pela resposta dada pelo sr. ministro da marinha viu confirmadas as suas apprehensões, porque o governo segunda vez declara, e mais explicitamente a mesma idéa de abandono.

Sentiu muito ler no *Diário* que o sr. ministro quiz fazer acreditar que elle, orador, tinha corado vivamente para produzir effeito na camara o quadro do estado actual das nossas possessões ultramarinas, dizendo que o ia descorar, porque fora apresentado sem fundamento algum.

Para mostrar que fundadas são todas as replicações do governo, passou a ler varios pontos do relatório do governo sobre o estado do ultramar (leu).

Com tudo isto pretende mostrar que o governo era quem pinta com peiores cores o estado do ultramar. Em Moçambique tudo quanto ha é mau, perigoso e anarchico: em Angola, falta de recursos, de communicações, commercio sem vigor; os habitantes recusando-se ao trabalho; em Guiné uma occupação violenta ingleza sustendo a nossa colonia; o governo declarando que é só com um grande esforço pecuniario que o ultramar se pôde salvar, e pintando as enormes vantagens que Portugal ha de tirar d'este sistema, mas declarando que a commissão de fazenda adiu uma proposta do governo para quando as finanças estiverem organisadas, e que por isso o governo adia a organização administrativa colonial para esse tempo, pedindo sacrificios para paliativos, isto é para conservar todo o mal tão feio como francamente o relatou!

Taes considerações o levaram a fallar, e por isso parece-lhe ter demonstrado que foi com todo o fundamento e cheio de convicção que discutiu este ponto, e não por fazer opposição como indicou o sr. ministro.

Depois de ler um periodo do discurso do sr. ministro, acrescenta que depois da leitura d'este ultimo periodo, não precisava mais discussões para mostrar a sua boa fé e justiça, quando asseverava que nada esperava da actual administração quanto ao ultramar, porque ella era primeira a declarar que nada havia de fazer mais do que meros paliativos, conservando o pessimo estado actual.

Admirase muito de que o sr. ministro reino dissesse que o maravilhava a voz de terror que o sr. deputado Silva Cabral levantava no parlamento contra o credito publico, quando o sr. ministro da marinha tinha feito muito mais, declarando que o governo não sabia aonde havia de ir buscar 400.000\$ réis. O governo que diz isto está julgando.

Que os fosse buscar aonde o seu antecessor encontrou 800.000\$000 réis para o augmento da marinha.

Que os fosse buscar aonde a actual administração ia achar os mesmos 400.000\$000 réis para supprir uma decima nos vencimentos dos empregados do estado, sem esperar pela organização da fazenda: que os fosse buscar aonde achavam os fundos necessários para o augmento de despesa nascido das chamadas reformas dos ministerios: no mesmo logar em que haviam de encontrar os 42.000\$ réis annuaes para manter os paliativos em Moçambique, e os 58.000\$000 réis annuaes para auxiliar a carreira de Africa, que não satisfaz como está.

Notou também que era um paradoxo allegar falta de braços para o trabalho das estradas em Angola, onde só escravos de ambos os sexos havia 61.000. Organise o governo o trabalho, e combine essa organização com a liberdade e educação dos escravos, formando regimentos de obras publicas, que juntamente lhe serviriam para a manutenção da ordem; adopte embora outro systema, porém não diga que em Angola não ha braços para o trabalho.

Não pôde concordar com a declaração do governo, de que não era necessario cuidar já dos meios de indemnizar os senhores dos escravos quando chegasse a epocha de serem livres, segundo o respectivo decreto, e que não se podia saber desde já quantos escravos haveriam n'esse tempo.

O governo, tendo exactissimas estatísticas dos escravos por idades, sexos e valores, pode calcular a media mortuaria annual, e assim fazer um calculo sufficientemente approximado da quantidade e valores dos escravos n'essa epocha, e que não é preciso muito talento, nem trabalho, para fazer esse calculo.

Em relação á necessidade de pensar desde já na indemnisação, provou que existindo registados mais de 90.000 escravos, era certo que no fim dos 20 annos seriam necessários milhares de contos de réis para indemnizar os senhores, e se o governo não sabia aonde havia de achar agora 400.000\$000 réis para começar a organização das colonias, como se podia esperar que de repente podesse achar os milhares de contos de réis necessários para a indemnisação. Resultando de tudo isto que o valor dos escravos vai-se perdendo á proporção da aproximação do prazo feliz da emancipação decretada, por que não pôde haver credito na promessa de indemnisação quando se não veja um systema razoavel, organizado para preparar esse resultado.

O imposto especial dos escravos não produz menos de 10.000\$000 réis por anno, e no fim de 20 annos produz 200.000\$000 réis, quantia sufficiente para o fim indicado: podiam pois receber-se em cofre especial esses fundos, faze-los convergir com o producto do imposto da transmissão da propriedade dos escravos para o mesmo fim, e resolver-se-ia o problema com vantagem.

Conclue votando contra o projecto de resposta ao discurso da coroa, e retirando qualquer expressão que lhe podesse ter escapado involuntariamente, que directa ou indirectamente podesse ser tida como offensiva a qualquer dos srs. ministros, aos quaes respeitava como dignos cavalheiros, que todos são dotados das melhores intenções.

O sr. B. F. de Abranches:—sente que n'esta occasião lhe tivesse chegado a palavra, porque tendo de tratar de objectos passados na sessão do dia 29 de fevereiro, e achando-se agora a camara impressionada pelos bellos discursos que acabou de ouvir; por certo, pouco disposta poderá agora estar para prestar attenção a algumas considerações que por maneira alguma podem agradar, porque vão

ser feitas por uma pessoa que, não sendo orador, apenas as pôde apresentar como n'uma conversação familiar.

Sendo mui especial a sua posição n'esta camara, já como filho, e já como deputado do ultramar, por certo seria digno de censura, se depois dos reparos feitos pelo seu nobre amigo e collega, o sr. deputado por Cabo Verde, tendentes a contestar os §§ 1.º e 2.º do discurso da coroa, que declaram, que tinha sido conservada a tranquillidade publica nas provincias ultramarinas; e que continuavam as boas relações de amizade com todas as potencias aliadas; elle, orador, não pedisse a palavra para declarar, ou que abundava na mesma opinião de s. ex.^a, ou que seguia uma contraria, dando a razão por que sustentava uma opinião differente da de s. ex.^a, muito embora esteja cunhado de accordo com s. ex.^a no ponto em que entende, que as nossas possessões demandam uma seria attenção da parte de todos os governos (apoiados); verde esta, que o actual gabinete também reconhece, tanto assim, que n'este mesmo sentido se acha elaborado o relatório de s. ex.^a o sr. ministro da marinha, que se acha publicado no *Diário de Lisboa* n.º 47.

Um dos illustres deputados pela provincia de Angola, já explicou o facto em relação aos acontecimentos do Congo; assim como depois s. ex.^a o sr. ministro da marinha também explicou os factos em relação aos tres pontos principais, que serviram de fundamento para s. ex.^a, o sr. deputado por Cabo Verde, impugnar os dois §§ citados do discurso da coroa.

O sr. ministro da marinha explicou categoricamente, que os factos de Bolama eram antigos, pois datavam de agosto de 1858; os do Congo, como fossem recentes, cunhado o governo nenhuma communicação official teve a tal respeito. E em quanto aos da China, já se achavam ultimados, e satisfactoriamente, porque o vapor portuguez que esteve para ser confiscado, foi entregue logo que foi reclamado pelo governador de Macau, tendo-se nos dado toda a satisfação possivel, porquanto antes da sua entrega foi ligada a bandeira nacional, como demonstração de que nenhuma offensa se pretendia fazer-lhe, quando indevidamente havia sido arreada por occasião da apprehensão d'aquelle navio.

Depois d'aquellas explicações dadas pelo sr. ministro da marinha, explicações que também elle, orador, queria dar quando pediu a palavra; não pôde deixar de registrar a sua opinião approvando os paragrafos impugnados pelo sr. deputado por Cabo Verde, porque entende que foram indevidamente trazidos á arena da discussão, os factos que lá fóra podiam fazer muito effeito, mas que por certo não há de fazer, sendo elles como foram devidamente explicados pelo sr. ministro da marinha.

Entendendo que o discurso da coroa não é outra cousa mais senão a conta que o governo dá, pela boca do angusto chefe do estado, dos factos notaveis acontecidos desde o dia em que se encerrou a ultima sessão, até que se abriu a outra; declarando-se ao mesmo tempo as medidas que se tem tomado no intervalo da sessão; dando-se também uma idéa geral d'aquellas que se tenciona apresentar; é evidente que tendo sido dissolvidas as ultimas cortes em 26 de novembro de 1859, abrindo-se estas em 24 de janeiro do corrente anno, e não tendo havido novidade alguma n'este intervalo nas nossas possessões ultramarinas; por certo não se podia dizer outra cousa no discurso da coroa, senão que as nossas possessões se achavam em perfeito socorro. Se o governo tivesse dito o contrario nas circumstancias que ficam referidas, então teria sido elle, orador, que por certo teria pedido a palavra para fazer os reparos que julgasse a proposito.

Também tem a notar, que o sr. deputado que tanto calor tomou para impugnar agora os paragrafos citados do discurso da coroa, tivesse guardado silencio em novembro de 1859, quando o governo então também affiançou á camara no discurso proferido em 4 d'aquelle mez, que dos soberanos aliados continuavam a receber testemunhos das boas relações que felizmente existiam entre o nosso governo e os das outras potencias (apoiados). E no entretanto já n'essa epocha existiam os factos acontecidos na ilha de Bolama, porque esses tiveram logar, como s. ex.^a disse, em 26 de agosto de 1858.

Em quanto ao negocio de Bolama está de accordo com o nobre deputado por Cabo Verde, de que é um negocio serio, e que fomos espoliados do nosso direito; porém como já o governo declarou n'esta casa, que a tal respeito pendiam negociações; e confiando na actual administração, por isso espera que a final se decida a nosso favor, porque o direito e a justiça estão pela nossa parte (apoiados).

Bem sabe que Bolama é importante pela fertilidade do seu solo, pelo clima menos deito, e pela sua excellente posição geographica em relação ao commercio dos rios Grande e de Geba, e que por isso os inglezes no-la querem disputar; porém confia que o governo faça ver ao governo inglez o nosso bom direito, e o quanto importa respeitá-lo.

Bolama pertence-nos desde 1607, pelo offerecimento feito á coroa portugueza pelo rei de Guinalla para ali nos estabelecermos, e defendermos as suas terras das incursões dos bigagros. N'esta posse estivemos até 1792, epocha em que uma associação particular, formada em Inglaterra, foi assentar uma feitoria intrusa, quasi á vista da praça portugueza de S. João de Bissau, porém foram d'ali expulsos pelos indigenas, e os portuguezes continuaram a cortar madeiras e a praticarem todos os actos possessorios, sendo em 1828 confirmada a antiga cessão da ilha de Bolama; e desde 1830 se estabeleceu n'ella um presidio portuguez.

Também em 1839 foi a Bolama uma corveta ingleza, desembarcou gente em terra, e capturou todos os escravos da lavoura do negociante Nozolini, levando também uma escuma do mesmo; e submettido esse facto aos tribunales inglezes, a presa foi julgada má, e a escuma foi restituída.

Por estes factos está de accordo com o sr. deputado, chamando sobre elles a attenção do governo, para que não consista que sejamos privados do que nos pertence; mas não está de accordo com s. ex.^a para por esses factos, ou mesmo pelos acontecidos em 1858, se possa censurar o governo por ter declarado no discurso da coroa lido em 26 de janeiro ultimo, tendo a ultima camara sido dissolvida em 24 de novembro de 1859, que nas nossas possessões tinha sido conservada a tranquillidade publica, e que nos achavamos em boas relações com as potencias aliadas, muito embora pendam negociações diplomaticas sobre a posse da ilha de Bolama, ou sobre qualquer outro objecto, porque existindo as melhores relações, não ha inconveniente que entre duas nações se tratem questões de summa gravidade.

Em quanto aos acontecimentos do Congo, tem a notar que o vapor *Estephania*, que aqui chegou em janeiro do corrente, quando saiu de Loanda, nenhuma noticia trouxe da expedição mandada para o Congo, cujo fim foi auxiliar o regulo que tinha direito a ser investido na posse do governo; e quando o vapor, depois que saiu de Loanda tocou em Ambriz, ali é que teve a noticia de que a nossa força tinha soffrido um revez, e que o commandante tinha sido morto. Porém não tendo tido o governo participação official a este respeito, não sabe que censura pôde merecer por não ter logo mandado para a Africa uma esquadra, ou um exercito. Antes de se saber em Loanda da morte do commandante

te da força, já o governador, como reforço, tinha mandado apromptar um contingente, commandado pelo major Domingos Antonio Gomes; e por cartas que recebeu d'essa provincia, lhe constou que essa força lá partir brevemente, e então é natural que tivéssemos obtido vantagem sobre os inimigos do regulo, a quem protegiamos. Admittido mesmo que a nossa força tivesse soffrido um revez, por isso não se podia dizer que não havia socorro em Loanda, porque a guerra não era commoço; se no reino visinho houvesse alguma guerra, e que como aliados para ali mandássemos um ou dois regimentos; e que algum d'ellos fosse derrotado ou fosse morto um ou outro commandante; ninguém diria que Portugal não estava em socorro; muito embora tivéssemos a lamentar a perda e a derrota que os nossos tivéssemos soffrido (apoiados).

Em quanto ao facto acoecido na China, entendendo, que tendo-se nos dado todas as satisfações, não era objecto de um tal vultu que d'elle se fizesse menção no discurso da coroa; porém que o governo tanto o não quiz occultar, que mandou publicar o sufficiente a respeito d'este facto no *Diário de Lisboa* n.º 44.

Respondendo como acabou de responder aos argumentos apresentados por s. ex.^a em quanto aos factos apresentados, e que elle, orador, entendeu dever explicar, collocando as causas nos seus devidos termos; cumpre-lhe agora seguir a s. ex.^a nos outros pontos da sua argumentação.

S. ex.^a discutindo, ora a resposta ao discurso da coroa, ora o relatório apresentado por s. ex.^a o sr. ministro da marinha, quiz achar contradições em relação ao discurso da coroa. A este respeito porém pede licença ao sr. deputado para lhe dizer, que referindo-se o relatório a uma epocha mais remota aquella de que o discurso da coroa se podia referir, é fóra de duvida que não podia deixar o relatório de conter a narração do estado das nossas possessões ultramarinas, que por certo não é lisongeiro, e demanda uma seria attenção da parte do governo (apoiados); estado este que o proprio ministro reconhece, mas que nada tinha nem podia influir para que as nossas possessões não estivessem em tranquillidade.

Reconhece que é indispensavel muito dinheiro para se porem realizar muitos melhoramentos moraes e materiaes de que as nossas possessões carecem; porém entende que o governo de per si nada poderá fazer, sem que as camaras lhe votem os meios precisos para poder fazer face ás despesas que necessariamente hão de trazer esses melhoramentos, tanto mais indispensaveis quanto entende, e n'esto está de accordo com o illustre deputado por Cabo Verde, e com o proprio governo; que é das nossas possessões, que Portugal tem muito a esperar, para um dia se ver livre d'esse deficit que tanto nos assusta (apoiados).

Todos os capitães que forem empregados no ultramar, hão de ser muito productivos para a mãe patria; porém independentemente d'esses capitães, é indispensavel a boa escolha de empregados, e algumas reformas nos diferentes ramos de administração publica.

No relatório que por s. ex.^a o sr. deputado foi trazido á discussão, o governo apresenta muitas indicações relativas aos melhoramentos de que as nossas possessões carecem, e por isso julga também que s. ex.^a não teve razão em declarar que no dito relatório nenhuma indicação o governo fazia relativas aos melhoramentos de que carecem as nossas provincias ultramarinas.

Deseja muito o progresso das nossas possessões ultramarinas; porém, por satisfeito se dará sempre, todas as vezes que, indicando-se os meios para se obter esse progresso, se realisasse logo alguns, como espera que se realicem.

No entretanto sente dizer uma verdade bem triste, e vem a ver, que nós conhecemos pouco o estado em que se acham as nossas possessões, tanto em relação ás riquezas que ellas possuem, como em quanto ás verdadeiras necessidades de que cada uma d'ellas carece; e lembra ao governo a conveniencia de mandar publicar os relatórios, que os governadores das provincias ultramarinas, e membros do conselho do governo, devem ter enviado ao ministerio da marinha desde 1837, se elles cumpriram o que, a este respeito, se acha determinado nos artigos 14.º e 15.º do decreto de 7 de dezembro de 1836; e por esses relatórios, muito embora alguns sejam toscos, poderão todos estudar o estado verdadeiro das nossas possessões, e conhecer os meios de que ellas carecem para o seu progresso e civilisação.

Dando a hora, ficou o orador com a palavra reservada para amanhã.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã a continuação da de hoje, e declarando também em ordem do dia o parecer n.º 11, levanta a sessão.—Eram quatro horas da tarde.

Propostas de lei apresentadas pelo sr. ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, em sessão de 29 de fevereiro de 1860

Senhores.—A idéa de propriedade tem passado na vida dos povos por tantas transformações, quantas têm sido as mudanças fundamentais que a sociedade ha soffrido na sua organização. A historia demonstra que a propriedade e a liberdade, estreitamente ligadas entre si, têm seguido os mesmos destinos, e sido ora reconhecidas, ora sacrificadas sempre na mesma proporção. E porque, da mesma forma que a liberdade é o homem em acção, a propriedade é a acção do homem no passado; é a actividade humana convertida em serviços, identificada com a materia a que se applicou, e destinada a, por assim dizer, augmentar o homem, fornecendo á sua actividade novos meios de vencer os obstaculos, que a limitação das suas forças oppõe á perfectibilidade, para a qual tendem constantemente os seus esforços.

Seja qual for a latitude que queira dar-se a certos factos sociais, é innegavel que a propriedade, collectiva em começo, se foi individualizando á proporção que a individualidade do homem adquiria consistencia no meio da sociedade, e que eram reconhecidos os seus fóros de independencia. Condição necessaria para o desenvolvimento social, a propriedade tem representado sempre o caracter da personalidade, e supportado todas as alterações, pelas quaes ella tem successivamente passado.

Na infancia dos povos, quando o ser social absorvia o ser individual, a propriedade, acompanhando o homem n'este estado, tomou a feição de propriedade social, a unica que se reconhece entre os povos primitivos.

Á proporção que as sociedades se foram emancipando, por categorias ou classes, a propriedade teve a mesma sorte, e d'ahi resultou a propriedade collectiva das tribus e das castas, na qual occupa um importantissimo logar a propriedade quiritaria dos primeiros tempos da nacionalidade romana.

A cada elemento da sociedade, que se foi destacando da absorção social, correspondeu uma igual evolução na historia da propriedade. Quando o homem chegou á epocha em que a sua individualidade, sem se desprender do ser social a que pertence, conquistou uma existencia distincta, em que, a par do direito e do dever social, foi reconhecido e proclamado o direito e o dever individual, a propriedade adoptou o caracter que hoje lhe reconhecemos, e que serve de base ás modernas instituições sociais.

Ao lado da historia da propriedade immovel, apre-

sentia-se, acompanhando-a, o desenvolvimento progressivo que successivamente tem obtido o credito que sobre ella assenta; e qual, começando modestamente, quando a propriedade individual vacillava, ainda incerta, hoje assume as vastas proporções que se lhe descobrem á luz da historia economica dos povos modernos. A sua feição primordial foi a tradição, ao principio real, e mais tarde symbolica. Esta, conservando as formulas de respeito pelos primitivos principios, alliviuo contudo os povos dos embaraços que lhes causavam essas formulas do rigoroso direito antigo, e serviu de base ás instituições de equidade, que, mais tarde, se generalisaram, e constituiram uma das phases mais importantes das instituições civis de Roma, e das republicas gregas.

A inscripção patente na propriedade mostrava entre os gregos quaes eram os encargos hypothecarios que a oneravam. Era uma especie de tradição symbolica, que se destacava da primitiva tradição real. Praticado ainda antes de Solon, este regimen foi constantemente seguido, em quanto floresceram aquellas pequenas nacionalidades.

Nos primeiros seculos de Roma predominou igualmente o principio da tradição real, que, mais tarde, desapareceu tambem com a generalisação das formas de direito pretorio. N'aquella primeira epocha os credores, não tendo acção directa sobre os bens, exerciam-na sobre a pessoa do devedor. Mas como este podia offerrecer os seus bens como garantia ao credor, passavam elles para o seu dominio, e ao devedor só restava a clausula fiduciaria para a remanipulação dos bens cedidos.

Da transferencia do dominio passou-se mais tarde para a transferencia da simples posse pela forma pignoratícia; mas os vícios do sistema de direito restricto, e, por assim dizer, materialista, que provocaram o engrandecimento successivo do direito pretorio, fazendo com que se generalissem as suas excepções até ao ponto de chegarem a constituir direito commun, fez-se igualmente sentir no systema de que nos occupamos. Aqui, á proporção que as transacções se multiplicaram, desapareceu pouco a pouco o systema da tradição, e o substituiu o das hypothecas tacitas; primeiro em favor do senhorio para garantia da renda, e mais tarde generalizando o principio em favor de todos os credores, que por uma convenção quizessem obter um direito de preferencia sobre a propriedade do devedor. D'aqui proveiu o systema das hypothecas tacitas, geraes e judiciais, e passou para as sociedades modernas o systema vicioso, mas bem desenvolvido, que, durante um grande numero de seculos, tem sido a base da legislação de muitas nações cultas.

As instituições sociaes dos tempos barbaros, e mais tarde da idade média, aherendo-se em muitos dos seus pontos pelos hábitos dos primeiros povos, fizeram resuscitar em parte o primitivo systema da publicidade dos encargos que oneravam a propriedade immovel.

Explica-se perfeitamente como n'esta epocha, da mesma maneira que na primeira idade das sociedades, os homens não consentiram em obrigar-se senão por meio de convenções, que pelas solemnidades exteriores de que eram revestidas fariam os seus sentidos, fixavam as suas recordações, e comprometiam publicamente a sua palavra. D'aqui nasceu a publicidade das hypothecas, do usufructo, das servidões, e do dominio da propriedade territorial. A formalidade essencial foi a inscripção do encargo, e a prioridade da inscripção determinou a preferencia do direito.

Com a desmoração do regimen feudal e admissão do direito romano em quasi toda a Europa, não foi ainda aniquilado por toda a parte o principio da publicidade. Mantido pelas instituições municipales em muitos pontos, conservou-se e conseguiu algumas vezes dominar n'aquellas partes onde prevaleceu o direito consuetudinario. Estes factos, porém, foram apenas excepções nos paizes meridionaes da Europa. Por toda a parte, onde o direito romano prevaleceu, o systema de publicidade foi sempre vencido e quasi sempre aniquilado.

Só muito mais tarde em França, da iniciativa de um homem illustre, a quem a maior parte dos seus contemporaneos chamam innovador perigoso, partiram os primeiros esforços para resuscitar esse systema proscripto. Esse homem foi Colbert, que no systema organico das leis estabeleceu como base para a verdadeira theoria do credito predial a publicidade das hypothecas.

O edito de março de 1673, estabelecendo a publicidade das hypothecas, era n'esta parte uma reacção em favor do systema do edito de 1581. Mas o genio do grande ministro não bastou para vencer os prejuizos da sua epocha. Basmage não viu no edito de 1673 senão uma consequencia de disposições puramente fiscaes. D'Aguesseau, jurisconsulto illustre, mas educado no vicioso systema da legislação romana, reprovava a publicidade como um golpe mortal dado ao credito das familias. Quando em 1674 foi revogado o antecedente edito, escrevia este jurisconsulto com satisfação, que o edito havia perdido no primeiro dia da sua existencia.

No entanto as tentativas de Colbert fizeram impressão nos homens de sciencia a quem não dominavam prejuizos, e as suas opiniões repetidas frequentes vezes prepararam o restabelecimento do systema ainda uma vez vencido em 1674. O edito de julho de 1771 restabeleceu em parte o de Luiz XIV, e lançou as bases do systema que hoje é considerado mais perfeito: a publicidade e a especialidade.

Não obstante estes elementos, desde longo tempo preparados, o codigo hypothecario do anno III da republica franceza não satisfaz as necessidades publicas. Se o onus hypothecario foi sujeito á publicidade e á especialidade, a lei ficou todavia contendo um veio radical, porque estabelecem que a inscripção podesse ser feita mesmo nos districtos onde o devedor não possuia bens. Só a lei do anno VII, organisando as conservatorias das hypothecas, completou o systema de publicidade, e collocou as verdadeiras bases do credito predial. O registro do conservador representava o estado exacto da situação hypothecaria do devedor. Similante ás pequenas columnas, levantadas na antiga Grecia sobre os campos onerados com hypothecas, foi destinado a advertir o futuro credor dos perigos que corria, ou da segurança com que podia contar. N'aquella lei se estabelecia a transcriptação do titulo creditorio, a publicidade e especialidade das hypothecas, e a facilidade da expurgação hypothecaria.

Quando na França se preparavam os trabalhos do codigo civil, tres systemas diferentes se achavam ali em presença, o do direito romano puro, o do edito de 1771, e o das leis do anno VII; systemas mais ou menos arraigados no paiz, com os quaes o primeiro consul julgou prudente transigir. Tomando de uns a publicidade e a especialidade, mas admitindo para comprazer com os outros uma grande excepção á publicidade em favor das hypothecas leaes e judiciais, o codigo civil francez foi uma transacção entre os romanistas e os partidarios da lei do anno VII.

A diversidade que se observa nas legislações modernas resulta da differente base historica em que ellas assentam. As nações onde predominou o direito romano, encontrando nelle estabelecido o segredo dos encargos prediaes, acceitaram n'aquellas bases novas instituições, e crearam sobre aquellas bases o systema hypothecario que em muitas d'ellas ainda hoje é admittido.

Destruir um systema de legislação que, embora

seja repudiado pelos principios da sciencia, tem contudo a seu favor uma existencia de seculos, e o habito ha longo tempo arraigado, é uma empreza sempre difficil. Passar de um systema onde todos os direitos reaes se transmitem sem publicidade para uma theoria que os deveria submeter sem excepção a uma manifestação exterior tão larga quanto fosse possível, seria uma transição muito rapida para a maneira lenta como as instituições civis se succedem.

O espirito humano até no meio do seu prazer pela innovação deseja parar de grau em grau para procurar na reflexão e na experiencia conselho e autoridade. Era por isso natural que entre as nações cuja legislação tivera por base a legislação romana a primeira grande tentativa para sair da hypotheca tacita desse em resultado a modificação de um pelo outro dos dois principios oppositos. O codigo civil francez foi a expressão d'esta phase.

Nelle se formou um typo que foi successivamente adoptado nas Duas Sicilias, na Sardenha, em Parma, nas ilhas Jonias, nos estados romanos, nos cantões de Genebra, de Vaud, do Tessino, Neuchâtel e de Valais, na Belgica antes da nova lei de 16 de dezembro de 1851, na Toscana, na Hollanda, na Luiziana, no Haiti, na Bolivia, no Brazil pelo regulamento de 14 de novembro de 1841, e entre nós pelos decretos de 6 de outubro de 1836 e de 3 de janeiro de 1837. Porém em algumas das legislações citadas foram admittidas modificações importantes que apertam mais os elos que formam a cadeia de transição do systema romano, que consagra o segredo absoluto dos encargos da propriedade immovel, para o systema allemão que proclama a sua completa publicidade.

A maior parte dos jurisconsultos e economistas contrapõe o systema hypothecario allemão ao systema francez. É quanto a mim uma apreciação menos exacta. Ao systema romano contrapõe-se o allemão. O francez é apenas o ponto central da transição de doutrina do primeiro para o segundo.

Foi a lei prussiana de 1793 a que serviu de norma á maior parte das leis de credito predial que hoje vigoram no norte da Europa. Pelo systema d'aquella legislação o direito de credor hypothecario não se adquire senão pela inscripção nos registros publicos e especiaes; os tribunales de tutellas devem fazer inscrever a hypotheca legal dos pais, do marido, ou d'ella mesma; todas as cessões hypothecarias são transcriptas; a conservação das hypothecas constitue uma magistratura de alta importancia, e de uma immensa responsabilidade; a data da petição fixa ordem da inscripção; as inscripções provisórias são admittidas; uma folha é consagrada a cada immovel sobre os registros hypothecarios, onde se inscreve o nome do proprietario, e os encargos com que o immovel é onerado; a transferencia da propriedade dos immovels não se opera senão pela transcriptação que deve ser feita dentro de um anno, aliás as partes podem ser compellidas a fazê-la; é só quando o individuo se faz inscrever nos registros como proprietario de um immovel, que tem direito de dispor d'elle qual for o titulo por que o faça; só os actos authenticos podem ser transcriptos; todos os encargos da propriedade devem ser inscriptos para poderem produzir o seu effeito; e finalmente a prescripção não fere nem altera os creditos inscriptos.

Tal é o systema que hoje, com insignificantes variações, vigora na Austria, na Baviera e no Wurtemberg, em Saxe, na Polonia, no Hamburgo, nos cantões de Berne, Fribourg e Soleure, e ultimamente na Grecia.

Em Portugal o systema hypothecario pôde considerar-se dividido em tres periodos. O 1.º é o das ordenações do reino: o 2.º o da lei de 20 de junho de 1774; e mais tarde do codigo commercial na secção 6.ª da parte 1.ª livro 3.º titulo 11.º, o 3.º, finalmente, é o dos decretos de 26 de outubro de 1836 e 3 de janeiro de 1837.

Nos dois primeiros periodos, a cuja legislação serviu de base o direito romano e canonico, a solemnidade do registro foi totalmente desconhecida tanto na ordenação manueira no livro 2.º titulo 31.º, livro 3.º titulo 77.º, e livro 4.º titulo 33.º, derivadas do direito romano e do canonico, que no capitulo 5.º X de pignori, foi claramente o assento da ultima d'aquellas ordenações: como na philippina livro 2.º titulo 52.º, livro 3.º titulo 34.º, e livro 4.º titulos 3.º 9.º e 10.º, que seguiram fielmente o mesmo systema.

Esta materia, que tão pequeno cuidado havia merecido nas ordenações, adquiriu mais desenvolvimento na lei de 22 de dezembro de 1761, que restabeleceu as preferencias da fazenda real; e na de 20 de junho de 1774, que revogando em parte a ordenação philippina radicou o direito romano sobre a gradação das hypothecas, fim principal que então tivera em vista o legislador; e estabelecendo a facilidade de ampliar o privilegio das preferencias a todos os credores, que se achassem em casos analogos, deixou a questão no mesmo cahos em que se achava; d'onde de certo não foi tirada pelas disposições do codigo commercial onde se quiz regular melhor esta materia.

Os decretos de 26 de outubro de 1836 e de 3 de janeiro de 1837, creando o registro hypothecario, abriram uma nova epocha na historia do credito predial no nosso paiz. Mas o systema adoptado, a obscuridade das suas disposições, e a força predominante do systema antigo, fizeram com que da nova legislação não se tenham seguido os effeitos que o legislador de certo suppoz que lhe daria. N'estes decretos não só foram reproduzidos os defeitos do codigo civil francez, mas não se poz termo ás questões sobre privilegios e hypothecas tacitas; nem se fixou precisamente a data do registro, como unica base da gradação das preferencias. Em uma palavra, poucas saas as suas disposições que não fôrsem nova materia a questões pela confusão com que são expostas. Estes decretos resentem-se do caracter de provisórios que lhes deu o governo que os promulgou. No entanto é n'elles que termina a nossa legislação hypothecaria.

Posteriormente as successivas administrações que têm estado á frente dos negocios publicos têm pretendido occupar-se d'esta reforma importante, tendo para este fim creado, pelo decreto de 20 de setembro de 1854, uma comissão encarregada de elaborar um projecto de lei para a organização de bancos ruaes, e outro para a reforma do systema hypothecario, mas que, achando-se dentro em pouco privada de alguns de seus membros, não pôde chegar a apresentar trabalhos alguns ao governo. Entretanto alguns dos nossos primeiros jurisconsultos prepararam trabalhos estimaveis e de grande importancia, entre os quaes apontarei o projecto do sr. conselheiro José Maximo de Castro Netto Leite e Vasconcellos, elaborado em 1842; o codigo regulamentar do credito predial do sr. conselheiro Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão, que tomou por base o systema da absoluta publicidade, posto que em quanto á especialidade conservasse ainda em grande parte o antigo systema: trabalho que tem merecido a acceitação de mui distinctos jurisconsultos europeus, e finalmente o projecto do codigo civil do sr. conselheiro Antonio Luiz de Seabra, que, na parte 2.ª, livro 2.º, titulo 1.º, capitulo 9.º, secção 4.ª, trata d'este objecto sem contudo adoptar absolutamente nem o systema da publicidade nem o da especialidade.

Em quanto a legislação do nosso paiz sobre este importante objecto se conserva no estado que fica exposto, as nações da Europa que mais careciam de aperfeçoar o seu systema de credito predial têm feito importantissimos progressos.

A Belgica reformou o seu systema pela lei de 16 de dezembro de 1851, em que foi adoptado como base o systema allemão; e pela lei de 15 de agosto de 1854 acerca da expropriação forçada, com a qual completou aquella reforma. E supposto não tenha ella sido isenta da critica dos jurisconsultos, pôde considerar-se como um dos trabalhos mais importantes que sobre este objecto possui a Europa.

A França seguiu a mesma vereda, e é assim que acaba de reformar completamente o seu systema de registro predial pela lei de 23 de março de 1855, tomando igualmente por base o systema da lei belga. E, supposto encontrasse logo uma critica pouco favoravel na *Revista historica do direito francez*, é innegavel que creou um grande melhoramento para o credito predial na França.

Esta mesma lei acaba de servir de base á nova lei grega de 29 de outubro de 1856, com a qual se reformou o systema da lei anterior de 11 de agosto de 1836, que adoptara como base o systema do codigo civil francez.

A Hespanha e o Brazil têm igualmente n'estes ultimos annos feito valiosos esforços para radicar o credito predial, por meio de bem pensados trabalhos, adoptando mais ou menos absolutamente os dois principios da publicidade e da especialidade.

Das rapidas considerações, que tenho tido a honra de vos expor, resulta que as condições historicas da propriedade determinaram o seu modo de ser; mas, por outra parte, as theorias da sciencia economica têm-se apossado d'essa base historica; e, modificando as diversas instituições sobre este ramo de legislação, procuram hoje reduzi-las a bases communs. É o espirito de generalisação que se segue sempre á guerra das individualidades. Essa base commum é a certeza do direito que chega a realisar-se pela publicidade, e pela especialidade, que não é outra cousa mais do que um meio de fazer com que a publicidade seja mais completa. A generalisação do credito e o reconhecimento das suas leis naturaes têm facilitado o reconhecimento d'estes principios.

O capital representa os valores accumulados, e o credito assenta sobre o reconhecimento dos capitales. Onde ha capitales ha credito. Quando os capitales se acham envolvidos no véu da duvida, apparece o risco, e o credito para poder ali funcionar carece de contar com elle. D'aqui procedem os embaraços que oppõem á consolidação do credito as incertezas dos capitales.

O credito sobre os capitales moveis depende em muitas circumstancias de presumpções baseadas sobre o caracter das pessoas e sobre as probabilidades dos seus haveres. O credito sobre os capitales immovels, podendo inegavelmente ter aquella mesma base, todavia assenta principalmente sobre a existencia provada dos capitales, e das suas circumstancias. O caracter das pessoas não é o principio determinativo das suas acceições.

Hoje os factos reconhecidos têm mostrado praticamente nas relações do credito predial o que os principios ha muito haviam demonstrado. A usura que pesa sobre a propriedade immovel é d'isso uma prova. A propriedade immovel não devia carecer para o levantamento de capitales de um juro differencial a mais sobre as outras transacções feitas em boas condições de credito. Mas é a incerteza dos capitales sobre que esse credito assenta que produz aquelle resultado.

Entre nós o atrazo dos trabalhos especiaes, e o estado da nossa legislação, não nos habilitam a calcular os encargos que oneram a propriedade; mas se consultarmos os dados estatísticos da França encontraremos ali a confirmação do que fica dito. Em 1849 confessava Léon Faucher: «A usura devora «nossos campos; o proprietario, que obtém uma renda de 2, 3 ou 4%, é quasi sempre obrigado a pagar 5, 6, 8, e até 12% aos usurarios. A divida eleva-se a 8 ou a 9 milhares sobre 14 milhares de hypothecas inscriptas, e pôde dizer-se, que ella absorve o quarto ou o quinto da renda. Se vós não daes «emois, se não obtendes para a agricultura capitales «por um moderado prego, a propriedade territorial «caminhará infallivelmente para a bancarrota.»

«Qual é o obstaculo que faz com que o proprietario não possa emprestar por baixo interesse?» dizia o mesmo economista. «É a legislação hypothecaria. O «mal vem de que a terra no seu estado actual não «representa um penhor seguro; de que o systema hypothecario não ordena a inscripção de todas as hypothecas; de que todas as dividas da propriedade territorial não têm publicidade.» Na actualidade ainda Mr. Charles de Hoch attribue os limitados progressos da sociedade do credito territorial especialmente ao estado do systema hypothecario. «Se se reflecte, diz, «que na França o solo se acha dividido por 8 milhares «de proprietarios; que apresenta uma renda annual «de 2.668 milhares; que tem um valor venal de 84 «milhares; que está onerada com uma massa de dividas hypothecarias reaes de 8 milhares, independentemente de todas hypothecas leaes ou eventuales, e que cada emprestimo sobre hypothecas, tomado em conta os juros, os direitos de registro, e as differentes despesas, se aproxima de 8% por «anno, causará admiração de certo os fracos progressos que tem feito a sociedade do credito territorial. A causa está especialmente nos defeitos «do systema hypothecario, que não satisfaz ás severas exigencias que a sociedade deve manter para «poder emprestar capitales a longo termo. Na França «se está seguro de que a propriedade, que o devedor afirma ser sua, não tenha passado ao dominio de um terceiro; ou que um grande numero «de hypothecas leaes, quasi sempre importantes, e «que não se encontram nos registros, não venham «pedir preferencia que lhes pertença pela prioridade «do encargo.»

Foi para remediar estes males que a França acaba de emendar o seu systema de registro pela lei a que já me referi; e de que ha a esperar os melhores resultados.

No projecto do codigo de credito predial, que tenho a honra de vos apresentar, tive em vista os principios mais adelantados da sciencia, que são seguidos quasi geralmente pelas nações mais cultas. Tomando como base unica d'este trabalho a certeza da propriedade, como direito, para a conseguir estabelecido, sem excepção alguma, os dois principios da publicidade e da especialidade, e a elles subordinando toda a questão da propriedade, obrigando de futuro a registro publico todos os encargos reaes que pesam sobre a propriedade, e todas as suas mutações, e considerando esta condição como essencial, se não para a validade do acto juridico, ao menos para o seu reconhecimento e execução perante os tribunales.

Esta condição, se fosse obrigatoria para validar o direito de propriedade preexistente, seria talvez violenta, attenta a grande dificuldade de ser levada a effeito, e os riscos em que collocaria os actuaes proprietarios. Mas pelo systema que proponho não se dão esses riscos; a falta da inscripção não prejudica o *ius ad rem*. É apenas uma condição indispensavel para a effectividade do *ius in re*. É uma solemnidade essencial para a sua effectividade, como a escriptura publica é para certos contratos nos termos das leis. Não pôde dar-se posse sem registro previo; e simplesmente por este se pôde tomar a posse. Por outras palavras a posse é o registro. Espero que em poucos annos este systema dará o registro completo da propriedade. Assim a successão do direito

de propriedade, e de todos aquellos direitos reaes que o modificam, ou determinam o seu modo de ser, encontrarão no registro a sua historia completa; e a prescripção encontrará ali um ponto de partida seguro e inalteravel.

No mesmo projecto achase resolvida igualmente em meu entender uma das principais questões do credito predial: a mobilisação do credito hypothecario, facilitando a maneira de o fazer representar no mercado por meio de letras, com a mesma facilidade com que ali se fazem todas as outras representações de credito movel.

Nas differentes legislações, que tive occasião de consultar, não encontrei resolvida esta questão; apenas nos codigos da Luisiania, e do Wurtemberg, e na legislação da Suecia, se encontra alguma disposição, posto que imperfeita, providenciando sobre este importante objecto. Na mesma proposta encontrarei prevenidas e acutadas as objecções, que têm obstado á generalisação d'este systema.

Pareceu-me conveniente limitar e restringir quanto fosse possível os privilegios, porque são sempre um obstaculo ao estabelecimento do credito, mas que não é possível extinguir de todo. No ponto a que os limito, de nenhum modo podem obstar ao regimen de publicidade a que todos os encargos prediaes ficam sujeitos.

A dificuldade de expropriação contém ainda um risco que augmenta os estorvos que encontra a generalisação do credito predial. Para remover esses estorvos, apresento-vos um systema de expropriação simples e rapido, que, sem prejudicar os interesses do devedor, facilita ao credor o prompto pagamento a que tem direito.

Não desenvolverei agora os diversos capitulos em que se divide a proposta, porque me levaria muito longe esse trabalho, e de resto não se contém ali mais do que as garantias necessarias para a generalisação dos principios que ficam consignados.

No ultimo capitulo estabeleço a hypotheca de rendimentos vinculares. Julgo esta providencia indispensavel para que a incerteza da propriedade vinculada não possa vir prejudicar a consolidação do credito predial; e para que d'essa mesma propriedade possam tirar-se os recursos necessarios para a melhoria.

Completa publicidade dos encargos prediaes; absoluta especialidade das hypothecas; facilidade de circulação para o credito hypothecario; simplicidade de expropriação; comprehensão da propriedade vincular no giro do credito predial; e ao mesmo tempo segurança para todos os interesses, garantia para todos os direitos, e facilidade para todas as transacções; taes são, senhores, em breve resumo os pontos capitales da proposta, que tenho a honra de vos apresentar; e que, convertida em lei, espero que será um poderoso elemento para que, ajudada pelo desenvolvimento do ensino agricola, e das vias de comunicação, elevem a nossa agricultura á categoria a que pôde e deve chegar.

Secretaria d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, 28 de fevereiro de 1860.—*João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.*

PROPOSTA DE LEI DE CODIGO DE CREDITO PREDIAL.

TITULO I

Disposições geraes

Artigo 1.º Os credores têm o direito de ser pagos pelo prego da totalidade dos bens do devedor, todas as vezes que não houver causa legitima de preferencia.

Art. 2.º São causa legitima de preferencia:

1.º Os privilegios.

2.º As hypothecas.

Art. 3.º Não ha outros privilegios e hypothecas senão os que a presente lei expressamente reconhece.

Art. 4.º Os privilegios dão direito a preferencia independentemente do registro.

As hypothecas são causa legitima de preferencia somente sendo registradas.

TITULO II

Das privilegios

Art. 5.º Ha duas especies de privilegios:

1.º Privilegios mobiliarios, que recaem unicamente sobre o valor dos bens moveis ou semoventes que não estiverem annexos a alguma propriedade immovel, por applicação permanente e necessaria;

2.º Privilegios immobiliarios, que recaem unicamente no valor dos bens immovels, e no dos moveis e semoventes que por applicação necessaria ou permanente lhes estiverem annexos.

§ 1.º Os privilegios mobiliarios subdividem-se em:

1.º Especies, que comprehendem somente o valor de certos e determinados moveis ou semoventes;

2.º Geraes, que comprehendem o valor da totalidade dos bens da mesma especie, possuidos pelo devedor.

§ 2.º Os privilegios immobiliarios são sempre especiaes.

Art. 6.º Gosam privilegio mobiliario especial nos fructos dos predios rusticos respectivos, constituindo uma classe:

1.º O credito por divida de fóros, censos ou penões, relativos aos dois ultimos annos e ao corrente;

2.º O credito por divida de renda relativa ao ultimo anno e ao corrente;

3.º O credito por sementes ou quaesquer despesas de cultura, relativas somente ao ultimo anno ou somente ao anno corrente;

4.º O credito por divida de jornaes de operarios relativos aos ultimos tres mezes;

5.º O credito por premio de seguro relativamente ao ultimo anno e ao corrente.

§ 1.º Para que tenha logar o privilegio de que fazem menção os n.ºs 1.º e 2.º d'este artigo, é necessario que os onus de emphyteuse, censo, penão ou arrendamento, se achem registrados. Aquelle privilegio principia a existir da data do registro.

§ 2.º Para que tenha logar o privilegio de que tratam os n.ºs 3.º e 4.º d'este artigo, é necessario que sejam especificados os immovels a que esses creditos foram applicados. Não sendo possível esta especificação, o privilegio comprehendêr o valor dos fructos de todos os bens immovels rusticos do devedor.

Art. 7.º Gosam privilegio mobiliario especial, constituindo uma classe:

1.º O credito por divida de renda, damnação ou qualquer encargo declarado no arrendamento de predio urbano, relativo ao ultimo anno e ao corrente, no valor dos moveis e utensilios que estiverem dentro do mesmo predio;

2.º O credito por despesas de pousada ou hospedagem no valor dos moveis que o devedor tiver na hospedaria;

3.º O credito por despesas de transporte no valor dos objectos transportados;

4.º O credito por divida pignoratícia no valor dos objectos empenhados;

5.º O credito por premio de seguro relativamente ao ultimo anno e ao corrente na renda do predio segurado.

§ unico. Os privilegios mobiliarios especiaes de que tratam os n.ºs 1.º, 2.º e 3.º d'este artigo acabam nos casos seguintes:

1.º Aquelle de que faz menção o n.º 1.º quando os objectos sobre que recae saírem do predio arrendado, excepto sendo tirados por dolo, porque

n'esse caso ficam sujeitos por tempo de trinta dias ao privilegio em qualquer parte em que se achem;

2.º Aquelle de que faz menção o n.º 2.º quando os objectos sobre que recae saírem da hospedaria;

3.º Aquelle de que faz menção o n.º 3.º quando os objectos sobre que recae forem entregues ao destinatario.

Art. 8.º Gosam privilegio mobiliario geral:

1.º O credito por despesas do funeral do devedor, segundo a sua condição e costume da terra;

2.º O credito por despesas com honorarios de facultativos e remedios para a ultima molestia do devedor, não excedente a seis mezes de duração;

3.º O credito por alimentos fiados para sustento do devedor e das pessoas de sua familia a quem tivesse o dever de alimentar, relativamente aos ultimos seis mezes;

4.º O credito por soldadas e ordenados do ultimo anno e do corrente, ou só do anno corrente, a creados e outros quaesquer familiares;

5.º O credito de que trata o artigo 6.º n.º 1.º, relativamente a todos os annos anteriores aos ultimos dois;

6.º O credito de que trata o mesmo artigo n.º 2.º, relativamente a todos os annos anteriores ao ultimo;

7.º O credito de que trata o mesmo artigo n.º 4.º, relativamente aos mezes, até ao numero de nove, anteriores aos ultimos tres;

8.º O credito de que trata o artigo 7.º, n.º 1.º e 5.º, relativamente a todos os annos anteriores ao ultimo.

Art. 9.º Gosam privilegio immobiliario:

1.º Os creditos por impostos em divida á fazenda nacional, nos termos das leis fiscaes;

2.º As despesas feitas com a conservação do predio, até á quinta parte do seu valor;

3.º As custas das execuções.

§ unico. Os immovels sujeitos aos privilegios de que trata este artigo são somente:

1.º Aquelles de que se deve o imposto;

2.º Aquelles para cuja conservação foram feitas as despesas;

3.º Aquelles para cuja expropriação foram feitas as custas.

TITULO III

Das hypothecas

CAPITULO I

DA ORIGEM DAS HYPOTHECAS

Art. 10.º As hypothecas são necessarias, voluntarias ou mixtas.

Art. 11.º As hypothecas necessarias existem immediatamente pelo facto da existencia da obrigação a que servem de garantia, e são:

1.º A que tem a fazenda nacional e as camaras municipais nos bens dos funcionarios publicos sujeitos a responsabilidade fiscal, e nos dos seus fidejutores, nos casos em que são obrigados a presta-lo para pagamento das quantias em que ficaram alcançados, ou pelas quaes se tornarem responsaveis;

2.º A que tem o ausente, o menor, o interdito, e em geral todas as pessoas por qualquer motivo privadas da administração dos seus bens, nos de tutor, curador ou administrador, para pagamento dos valores que distrahiram, deixarem perder por culpa ou dolo, ou applicarem illegalmente;

3.º A que tem a mulher casada nos bens do marido, quando o matrimonio foi contrahido sob o regimen dotal, para o pagamento dos valores moveis dotaes;

4.º A que tem a viuva nos bens do fallecido marido, ou do promittente de alfinetes, arrhas e apagaños, para seu pagamento;

5.º A que tem o credor de alimentos nos bens do devedor d'elles;

6.º A que tem os bancos de credito territorial para pagamentos dos seus titulos;

7.º A que têm os constructores e cultivadores; os primeiros nos edificios, e os segundos nas terras que reduziram á cultura para o pagamento das respectivas despesas.

Art. 12.º Os creditos que por esta lei têm privilegio de qualquer especie podem ter hypotheca necessaria, todas as vezes que se acharem registrados como creditos hypothecarios, tendo para isso os necessarios requisitos.

§ unico. Os creditos registrados na forma d'este artigo não perdem por esse facto o privilegio; e poderão obter no concurso hypothecario o pagamento que, no concurso privilegiario, não tiverem podido alcançar.

Art. 13.º Se o credito hypothecario vencer juros gosarão das vantagens da hypotheca, independentemente de especial registro, os relativos ao anno ultimo e corrente.

§ unico. Os juros relativos a quaesquer annos anteriores ao ultimo gosarão de hypotheca necessaria, somente sendo registrados como credito distincto.

Art. 14.º As hypothecas de que faz menção o artigo 11.º n.ºs 1.º, 2.º e 3.º não podem ser renunciadas.

§ unico. Igual procedimiento terá lugar no caso de expropriação ou indemnização de prejuizos.

CAPITULO III

DA CONSTITUIÇÃO DAS HYPOTHECAS

Art. 23.º A hypotheca de que faz menção o artigo 11.º n.º 1.º é constituída pela nomeação do funcionário, segundo a forma estabelecida nas leis fiscaes.

§ unico. Esta hypotheca póde ser substituída por depósito na forma das mesmas leis.

Art. 24.º A hypotheca de que faz menção o mesmo artigo n.º 2.º é constituída pela nomeação do tutor, curador ou administrador.

§ 1.º O conselho de família, tendo em vista o valor presumido dos moveis que for necessário entregar ao tutor, curador ou administrador, e o rendimento provavel de um anno dos bens immoveis cuja administração houver de lhe ser confiada, fixará o valor da hypotheca que ficará onerando os bens do tutor, curador ou administrador, designará os immoveis d'este sobre que ella deve ser registrada, e fixará o prazo dentro do qual esse registro deverá ser feito, tendo em attenção a distancia entre o domicilio d'esse individuo e o local da situação dos bens.

§ 2.º Quando o valor fixado parecer insufficiente, ou os immoveis designados não offerecerem bastante garantia, o sub-tutor, o curador nato, qualquer dos membros do conselho de família ou dos parentes dos tutelados poderão recorrer d'esta decisão.

§ 3.º Igual recurso terá o tutor, curador ou administrador, se entender que o valor fixado é excessivo, que os immoveis designados são mais do que os necessários, ou que podem ser substituídos por outros com mais vantagem sua e sem perigo da garantia hypothecaria.

§ 4.º Interposto o recurso deliberará sobre elle o conselho de família, que poderá reformar a sua decisão ou ratificar a outra já tomada. No primeiro d'estes dois casos recorrerá *ex officio* o curador nato; no segundo poderá seguir seus termos o recurso interposto.

§ 5.º Estes recursos terão sómente effeito devolutivo.

§ 6.º O tutor, curador, ou administrador, não poderá entrar em exercicio das suas funcções sem que mostre certidão do registro d'esta hypotheca.

§ 7.º Esta certidão será junta ao respectivo inventario. Nos inventarios para partilhas o escrivão que os fizer conclusos sem irem acompanhados d'esta certidão será suspenso por tempo de um a tres mezes, e igual procedimento haverá para com o curador nato que sem a dita certidão apontar a forma da partilha.

§ 8.º O tutor, curador ou administrador, que findo o prazo fixado para o registro não apresentar certidão d'elle, sem provar impedimento absoluto que o releve da falta, incorrerá em uma multa que lhe será imposta pelo conselho de família, arbitrada em um decimo do valor da hypotheca, alem da indemnização dos prejuizos que d'essa omissão resultarem.

§ 9.º Esta multa nunca poderá ser inferior a 10\$000 réis, nem superior a 500\$000 réis.

§ 10.º Nas contas annuaes dos rendimentos prestadas pelo tutor, curador ou administrador, se lhe abonará um juro de 3% do valor arbitrado á hypotheca.

§ 11.º O tutor, curador ou administrador poderá substituir a hypotheca pelo deposito de um valor igual em fundos publicos, segundo o preço do mercado na epocha do deposito.

§ 12.º Quando houver mais de um tutelado, á proporção que o tutor for fazendo a cada um entrega da administração de seus bens e cobrando recibo das contas geraes, poderá requerer ao conselho de família autorização para o cancelamento do registro hypothecario, pelo valor correspondente á responsabilidade que cessa de ter.

§ 13.º Para todos os effeitos d'este artigo, nos casos em que por lei não dever ser nomeado conselho de família, as attribuições que aqui lhe são conferidas passarão a ser exercidas pelo respectivo juiz, com audiencia do curador nato.

§ 14.º Todas as vezes porém que o conselho de família o julgar conveniente, poderá escusar da hypotheca o tutor, curador ou administrador.

§ 15.º D'esta deliberação poderá haver recurso pela forma prescripta nos §§ 2.º, 3.º, 4.º e 5.º.

Art. 25.º A hypotheca de que trata o mesmo artigo n.º 3.º é constituída pela respectiva escriptura dotal.

§ 1.º Para o casamento das menores não se passará alvará de consentimento sem que, alem dos outros documentos que forem exigidos por lei, o requerimento vá instruído com a certidão do registro hypothecario. O escrivão, que sem isso o passar, perderá o officio.

§ 2.º Não é permitido deferir a requerimento para entrega de bens na hypothese de casamento de menor, sem que se mostre averbado de definitivo o registro provisório da hypotheca de que faz menção este artigo.

§ 3.º O tutor, que sem proceder despacho do juiz fizer entrega ao menor casado de bens ou rendimentos, responderá por elles em qualquer tempo em que tornarem a ser-lhe pedidos, como se tal entrega não tivesse feito.

Art. 26.º A hypotheca de que faz menção o mesmo artigo n.º 4.º é constituída pelo titulo promissório dos alinnetes, arrhas ou apagnos.

§ unico. Poderá ser feito o registro d'esta hypotheca em tantos immoveis quantos bastarem para representar o capital d'esses alinnetes, arrhas e apagnos, calculado a razão de 5%.

Art. 27.º A hypotheca de que faz menção o mesmo artigo n.º 5.º é constituída pelo titulo que cria a obrigação de prestar alimentos.

§ 1.º Se n'esse titulo forem designados certos e determinados immoveis, para garantia d'essa prestação, será registrada unicamente sobre esses bens immoveis.

§ 2.º Se designar a totalidade de um patrimonio, ou não designar bens alguns, poderá ser registrada sobre todos os immoveis que compozerem esse patrimonio, ou sobre todos os do devedor.

§ 3.º N'esse caso porém poderá o devedor exigir que o registro seja limitado a tantos bens quantos bastarem para representar o capital dos alimentos, calculados pelo juro na razão de 5%.

Art. 28.º A hypotheca de que faz menção o mesmo artigo n.º 6.º é constituída pelo titulo respectivo; e será registrada nos immoveis a que esses titulos disserem respeito.

Art. 29.º As hypothecas de que faz menção o mesmo artigo n.º 7.º poderão ser registradas nos immoveis do devedor, com relação aos quaes houverem sido feitas as despesas de edificação ou arroteamento.

Art. 30.º As hypothecas de que faz menção o artigo 12.º poderão ser registradas em qualquer immovel do devedor.

Art. 31.º As hypothecas voluntarias são constituídas pelo titulo do contrato, testamento ou disposição, e podem ser registradas sómente nos bens que esses titulos especialmente designarem.

§ unico. Na falta de designação poderão estas hypothecas ser registradas em quaesquer immoveis do devedor, testador ou doador.

Art. 32.º As hypothecas mixtas são constituídas pela sentença e podem ser registradas nos bens immoveis que as mesmas sentenças designarem.

§ unico. Na falta de designação, sendo as senten-

ças obtidas em acção real, comprehenderão sómente os immoveis a que disserem respeito; em todos os outros casos poderão ser registradas em quaesquer immoveis do devedor.

Art. 33.º A constituição da hypotheca póde ser precedida de avaliação judicial dos predios que têm de ser hypothecados.

Art. 34.º Para que esta avaliação possa ser ordenada é necessário que seja requerida por quem n'ella tiver interesse, e se mostre feito o registro provisório da hypotheca a que pertence.

Art. 35.º Designado o dia para a escolha de lousados será para esse acto citado o ministerio publico, o qual nomeará um lousado e outro o requerente.

§ unico. Na escolha de lousados, e em tudo o mais que disser respeito a estas lousações, se procederá pelo modo estabelecido nas leis.

CAPITULO IV

DOS ONUS REAES

Art. 36.º Consideram-se onus reaes, e como tales podem ser oppostos aos credores, sómente:

- 1.º A servidão passiva.
- 2.º O uso.
- 3.º O usufructo.
- 4.º A habitação.
- 5.º A emphyteuse.
- 6.º O censo.
- 7.º A herança e legado.
- 8.º O arrendamento por mais de tres annos, contendo adiantamento de renda até esses tres annos.
- 9.º O dote.

§ unico. Nenhum outros onus são considerados reaes para o effeito d'este artigo.

Art. 37.º Os onus reaes não podem ser reconhecidos em juizo sem terem sido registrados, nem ser oppostos aos credores cujos privilegios e hypotheca tiverem prioridade no registro.

TITULO IV

Do registro

CAPITULO I

DO REGISTRO EM GERAL

Art. 38.º Estão sujeitos ao registro:

- 1.º As hypothecas.
- 2.º Os onus reaes.
- 3.º As acções reaes propostas em juizo contencioso, e as sentenças que n'ellas se proferirem.
- 4.º Os vinculos, morgados e capellas.
- 5.º As transmissões de propriedade immovel, ou sejam por titulo gratuito ou por titulo oneroso.

Art. 39.º O registro deve ser feito na conservatoria da comarca em que for situado o predio a que se refere.

Art. 40.º Se o registro houver de comprehender mais do que um predio pertencente á mesma pessoa situados em comarcas diferentes, será feito com relação a cada um na comarca da sua situação.

Art. 41.º Se o registro houver de comprehender diferentes predios pertencentes á mesma pessoa e situados na mesma comarca, o registro será feito em tantas verbas distinctas quantos são esses predios, lançadas todas debaixo do mesmo numero de ordem.

Art. 42.º Nenhum dos titulos e direitos que pela presente lei ficam sujeitos ao registro poderá ser invocado em juizo em quanto não se mostrar que se acha registrado. Os seus effeitos principiam sómente na data do registro.

§ unico. Exceptuam-se das disposições d'este artigo:

- 1.º Os vinculos, morgados e capellas.
- 2.º A transmissão de propriedade immovel indeterminada, compreendida na transmissão de uma universabilidade de bens.
- 3.º A inscrição no registro de um titulo translativo de propriedade, sem condição suspensiva, só de per si determina a aquisição da posse para a pessoa em favor de quem foi feita a transmissão, e da sua cessação para o transmittente, sem dependência de alguma outra formalidade.

§ 1.º Não será reconhecida em juizo a posse dos bens comprehendidos no § unico do artigo antecedente sem que a vinculação e transmissão se achem registradas.

§ 2.º Sendo requerida entrega e posse judicial de immoveis, em caso nenhum poderá dar-se, sob pena de nulidade, sem que tenha precedido o registro do acto juridico em que se funda.

Art. 44.º Os registros serão feitos em cada livro pela ordem por que forem requeridos, e serão lançados sob um numero de ordem seguido, que regulará a sua antiguidade.

§ unico. Os registros requeridos no mesmo dia serão lançados debaixo do mesmo numero de ordem.

Art. 45.º Feito o registro entregará o conservador á pessoa que l'ho tiver requerido um certificado do registro, conferido pelo conservador com o original e por elle assignado.

§ 1.º No caso de destruição fortuita ou extravio do certificado, o credor poderá requerer uma certidão que com essa forma lhe será passada pelo conservador.

§ 2.º Esta certidão prova sómente a existencia do registro.

Art. 46.º Não sendo a hypotheca de alguma das espécies comprehendidas no artigo 11.º n.º 1.º a 5.º inclusivamente, e havendo sido a sua constituição precedida das formalidades prescriptas nos artigos 33.º e seguintes, o conservador entregará á pessoa que mandar fazer o registro, se ella assim l'ho requerer, uma letra hypothecaria, que conterá uma cópia do registro, alem das mais declarações que forem estabelecidas nos respectivos regulamentos e formularios.

§ 1.º A letra servirá para a transmissão do credito hypothecario por indosso, pela forma estabelecida no artigo 105.º e seguintes, e unicamente poderá ser passada do registro definitivo.

§ 2.º Das hypothecas de que faz menção o artigo 11.º n.º 1.º a 5.º inclusivamente não é permitido entregar letra hypothecaria.

Art. 47.º Poderá ser passada mais de uma letra hypothecaria, se assim o quizer a pessoa que fizer o registro, contanto que:

- 1.º A somma dos valores representados por todas as letras não seja superior ao valor total da hypotheca;
- 2.º Que nenhuma letra represente um valor menor do que 30\$000 réis.

Art. 48.º No registro se fará expressa declaração do numero de letras que foram entregues, e do valor representado por cada uma.

Art. 49.º A despeza do registro será paga pela pessoa que o requerer.

§ unico. Nos casos em que a lei impõe a alguma pessoa a obrigação de requerer o registro em proveito de outra pessoa, esta indemnizará aquella das despesas que com elle fizer.

Art. 50.º O registro conserva os seus effeitos durante vinte annos, e sendo renovado antes do fim d'este prazo conserva os seus effeitos por outro igual, a contar da data da renovação.

Art. 51.º Quando porém a renovação for feita depois de findo esse prazo considera-se como registro novo, e só desde essa nova data principia a produzir effeito.

Art. 52.º Sobre estas bases serão feitos os regulamentos necessários para ser estabelecido o registro.

CAPITULO II

DO REGISTRO PROVISÓRIO

Art. 53.º Para as hypothecas, acções, transmissões de bens, e contratos de edificação, e de redução de terras incoltas ao estado de cultura, haverá um registro provisório que será feito no mesmo livro em que são feitos os outros registros, e lançado debaixo do numero de ordem que lhe pertencer.

Art. 54.º O registro provisório é facultativo, excepto para as escripturas de dote para casamento, ou de promessa de arrhas e apagnos, e para as acções propostas em juizo contencioso, que só podem ser registradas provisoriamente.

Art. 55.º Os registros provisórios serão feitos por simples declarações escriptas e assignadas pelos donos dos predios a que respeitam, sendo a assignatura reconhecida por tabellião.

§ 1.º Os registros de acções serão feitos á vista de certidões que mostrem que as mesmas acções se acham propostas em juizo contencioso.

§ 2.º Os registros por edificações ou cultura serão feitos á vista dos respectivos contratos.

Art. 56.º Ao registro provisório é applicavel o que nos capitulos 1.º e 3.º d'este titulo vale determinado para o registro definitivo, na parte em que poder ser-lhe applicavel.

Art. 57.º O registro provisório convertido em definitivo conserva o mesmo numero de ordem em que tinha sido feito.

Art. 58.º O registro provisório converte-se em definitivo pela apresentação e averbamento do titulo legal para ser registrado, relativo ao facto sobre que versa o registro.

Art. 59.º O registro provisório das acções converte-se em definitivo pelo averbamento da sentença transitada em julgado.

Art. 60.º O registro provisório das escripturas de dote para casamento, ou de promessa de arrhas e apagnos, converte-se em definitivo pelo averbamento da certidão de casamento.

Art. 61.º O registro provisório não sendo averbado de definitivo no prazo de um anno a contar da sua data fica extincto.

Art. 62.º Obtida pelo auctor, em 1.ª instancia, sentença que fique pendente por appellação, póde com certidão d'ella requerer a reforma do registro provisório da acção, que reformado continua a produzir effeito por um prazo igual ao primeiro.

§ 1.º No fim d'este prazo o registro póde ser reformado pelo mesmo modo e com os mesmos effeitos, com uma certidão de confirmação de sentença na 2.ª instancia, pendente com recurso de revista.

§ 2.º Findo este novo prazo não poderá ser reformado.

§ 3.º A annullação do processo, provada por certidão, póde dar lugar á reforma do registro por um novo prazo, e depois pelos seguintes, nos termos dos artigos precedentes.

Art. 63.º Os prazos de que tratam os artigos antecedentes relativos ao registro provisório das acções contar-se-hão da data dos documentos d'onde são extraídas as certidões, pelas quaes é feito o registro ou a sua reforma.

Art. 64.º No registro provisório de hypotheca por despezas de construção ou cultura poderá declarar-se o prazo pelo qual ficará vigorando, sem que seja convertido em definitivo.

§ 1.º Neste caso sómente ficará este prazo substituído ao fixado no artigo 61.º

§ 2.º Na falta d'aquella declaração observar-se-ha a regra geral do mesmo artigo.

§ 3.º Este registro póde ser convertido em definitivo, pela averbação de titulo que prove que se acha satisfeito sómente pelo constructor ou cultivador o contrato que deu lugar ao registro.

Art. 65.º O registro provisório de que trata o artigo 60.º póde ser renovado sem numero limitado de vezes, em quanto não for averbado de definitivo.

Art. 66.º O registro provisório póde ser cancelado á vista de declaração autentica do dono do predio a que respeita, no caso de ser voluntaria a hypotheca, ou á vista de igual declaração das pessoas em favor de quem a hypotheca foi constituída, no caso de ser necessaria.

§ unico. Igual averbamento póde ser feito no registro provisório das acções á vista de certidão de sentença que tenha julgado a desistencia da acção.

CAPITULO III

DO REGISTRO EM ESPECIAL E DA SUA FORMA

Art. 67.º O registro será sempre feito por extracto.

Art. 68.º O extracto deve conter:

- 1.º O seu numero de ordem.
- 2.º A sua data por anno, mez e dia.
- 3.º O nome, situação, confrontação e medição, havendo-a, do predio a que o registro se refere.
- 4.º A avaliação do predio nos casos em que tiver sido feita.

§ 5.º Declaração por onde conste se ha ou não algum outro registro de qualquer especie relativo a todo ou parte do mesmo predio, e, havendo-o, qual é o seu numero.

§ 6.º O extracto do titulo registrado.

§ 7.º O numero do masso do respectivo anno em que fica o titulo, pelo qual o registro foi feito.

Art. 69.º O extracto a que se refere o § 6.º do artigo antecedente deve conter:

- 1.º O nome, estado, profissão e domicilio;
- 2.º Do detentor nas hypothecas e onus reaes;
- 3.º Do transmittente nos titulos de transmissão;
- 4.º Do réo nas acções e sentenças.

§ 2.º O nome, estado, profissão e domicilio:

- 1.º Das pessoas a favor de quem são constituídas as hypothecas e onus reaes, ou a designação dos predios a que pertencem as servidões reaes;
- 2.º Da pessoa em favor de quem a transmissão é feita, nas transmissões de immoveis;
- 3.º Do auctor nas acções e sentenças.

§ 3.º A quantia garantida pela hypotheca; e pela qual foi feita a transmissão, ou para cujo pagamento a acção foi instaurada.

§ 4.º As condições que acompanharem a hypotheca, transmissão e onus real.

Art. 70.º As declarações de que trata o artigo 68.º serão todas feitas sob pena de nulidade do registro e suspensão do conservador por tempo de um anno, sem que d'ella possa ser relevado por alguma escusa.

Art. 71.º Das declarações de que trata o artigo 69.º far-se-hão todas as que constarem do titulo registrado. Quando alguma for omitida o conservador poderá ser punido segundo a gravidade da omissão e o grau de culpa ou dolo que n'ella tiver havido.

Art. 72.º Os livros de registro não serão publicos para serem examinados por quem os quizer ver, mas poderão ser requeridas certidões delles.

CAPITULO IV

DOS TITULOS QUE PODER SER ADMITIDOS AO REGISTRO

Art. 73.º Sómente serão admittidos ao registro definitivo:

- 1.º Cartas de sentença;
- 2.º Escripuras publicas;
- 3.º Autos de conciliação;
- 4.º Titulos de bancos ruraes ou agricolas;
- 5.º Certidões de deliberações de conselho de família, ou mandados do juiz nos casos de que trata o artigo 25.º § 3.º;
- 6.º Escripuras particulares de contrato cujo valor não exceda a 50\$000 réis.

Art. 74.º Não serão admittidos no registro titulos de transmissão ou alienação de que, segundo as leis fiscaes, se devam direitos de transmissão ou quaesquer outros, sem que se mostrem pagos. O conservador que os admittir será suspenso por um anno, e o registro será nullo.

Art. 75.º As assignaturas dos titulos originaes que têm de ser registrados deverão ir reconhecidas por algum tabellião da comarca em que o registro ha de ser feito, ou por outro de fora, cujo signal seja reconhecido por aquelle.

Art. 76.º Nas certidões ou publicas formas para o registro, que não forem extraídas de autos pelo escrivão respectivo, serão as assignaturas reconhecidas pela forma ordenada no artigo antecedente pelo official publico que as extrair, e o signal d'este reconhecido pela forma estabelecida no mesmo artigo.

Art. 77.º Quando o conservador não considerar como legal o titulo que lhe for apresentado para registro, por falta de alguma formalidade interna ou externa, assim o declarará ao apresentante para que este haja de o fazer reformar, abrindo em todo o caso um registro provisório do mesmo titulo que será averbado de definitivo á vista do titulo reformado.

Art. 78.º Recusando-se o apresentante á reforma ou legalização do titulo a pretexto de que está legal, o conservador lhe entregará um duplicado do titulo, pela forma declarada no artigo 83.º, acompanhando a entrega com declaração escripta e assignada, dos motivos por que recusa o registro definitivo d'aquelle titulo, para que o apresentante possa requerer ao juiz de direito da respectiva comarca, que declare por despacho, se o titulo está ou não legal para ser admittido no registro, expondo na sua petição as razões em que se funda.

Art. 79.º O juiz, sem mais formalidades, do que o exame do titulo, e das razões dadas pela parte e pelo conservador, julgará procedente ou improcedente a recusa d'este. D'este despacho poderão agra-
ver de petição ou instrumento as pessoas que com elle se considerarem prejudicadas.

Art. 80.º Julgado legal o titulo, o conservador ficará isento de responsabilidade, e averbará de definitivo o respectivo registro provisório. No caso contrario, o averbamento só poderá ser feito á vista do titulo reformado ou legalizado pela forma indicada no despacho.

Art. 81.º O registro provisório, de que tratam os artigos antecedentes, será equiparado para todos os effeitos áquelles de que tratam os artigos 53.º e seguintes, no que lhe for applicavel.

Art. 82.º O titulo que houver de ser registrado deve ser apresentado ao conservador em duplicado devendo o conservador verificar a sua perfeita igualdade.

Art. 83.º Feito o registro, o conservador numerará e rubricará todas as folhas de ambos os exemplares do titulo, declarando na primeira pagina de cada um o numero de folhas que contém; entregando em seguida um d'elles com a certidão do registro ao apresentante; e guardando o outro em um masso debaixo de um numero de ordem correspondente ao do registro.

TITULO V

Dos conservadores do registro

Art. 84.º Em cada uma comarca judicial do reino e ilhas adjacentes haverá um conservador do registro predial e um ajudante.

§ unico. Nas cidades de Lisboa e Porto haverá o numero de conservatorias que for exigido pela conveniencia do serviço, com tanto que não excedam o numero de tres na primeira d'estas cidades e de duas na segunda.

Art. 85.º O lugar de conservador do registro será provido em bacharel formado em direito, ou em pessoa que mostre ter sufficientes conhecimentos juridicos; e o de ajudante, em individuo que tenha, pelo menos, um curso de instrução secundaria.

§ unico. Para estes logares devem ter os concorrentes, que não forem formados, vinte e dois annos de idade, pelo menos, e todos reconhecida probidade.

Art. 86.º Estes logares serão providos por concurso, cujo regulamento será feito pelo governo.

Art. 87.º No caso de vagatura de algum lugar do conservador, poderá ser promovido a elle sem concurso qualquer ajudante que tenha pelo menos cinco annos de bom e effectivo serviço, e os outros requisitos de que trata o artigo 85.º.

Art. 88.º Para esta promoção, em igualdade de todas as outras circunstancias, será preferido o ajudante da conservatoria respectiva, ainda que tenha menos tempo de serviço do que os outros, tendo com tudo aquelle que exige o artigo antecedente.

Art. 89.º Poderá haver nas conservatorias de registro predial, em que o governo reconhecer essa necessidade, até o numero de dois amanuenses, com tanto que o producto dos emolumentos das conservatorias respectivas seja sufficiente para fazer face ás despezas das mesmas conservatorias.

§ unico. Estes logares serão providos pela mesma forma que os de ajudante, e em individuos que tenham as mesmas habilitações.

Art. 90.º Os conservadores são responsaveis pela guarda e conservação dos livros do registro, e indice, e por todos os factos contrarios á lei commetidos por erro, ignorancia, culpa ou dolo, em objectos das suas attribuições.

Art. 91.º Os conservadores poderão ser suspensos ou demittidos, segundo a gravidade do caso, logo que se verifique alguma das hypotheses de que trata o artigo antecedente, depois de ter sido ouvido o conservador a quem foram imputados.

Art. 92.º São causa de demissão os crimes de peita, suborno, peculato, concussão, falsidade, estellionato, moeda falsa, furto, roubo e homicidio.

Art. 93.º A condemnacão definitiva, por qualquer crime não enumerado no artigo antecedente, é causa de demissão ou suspensão, segundo a sua gravidade.

§ unico. A pronuncia em qualquer crime é sempre causa de suspensão.

Art. 94.º Nas hypotheses do artigo antecedente e seu § a suspensão nunca será imposta por menos tempo do que aquelle que decorrer desde a pronuncia até ao julgamento definitivo, e ao da duração da pena em que o réu for condemnado.

§ unico. Fora dos casos declarados n'este artigo a suspensão nunca poderá exceder a seis mezes.

Art. 95.º As disposições do artigo 90.º e seguintes são applicaveis aos ajudantes e amanuenses, na parte que lhes disser respeito.

Art. 96.º Os conservadores de registro hypothecario

§ 2.º Durante o tempo do depósito o credor perceberá os juros e rendimentos do capital depositado.

§ 3.º A escolha da natureza do depósito pertencerá ao depositante, garantindo-lhe ao credor o juro anual do capital a 5 %.

Art. 125.º Se o novo possuidor não se obrigou a integral satisfação de todos os encargos que têm no predio hypotheca registrada, ou se, obrigando-se até a concorrência do preço que declarar, se vir que a somma dos créditos é superior a esse preço, qualquer dos credores poderá requerer que o predio seja arrematado em hasta publica pelo maior preço que for possível obter sobre o que o novo possuidor tiver declarado.

§ 1.º Se em praça não houver offerta de preço superior a esse, os direitos dos credores se exercem sobre elle, ficando salva a acção contra o devedor originário ou quem o representar pelo que ficar restando.

§ 2.º Havendo arrematação os direitos dos credores serão exercidos no seu producto posto em depósito, salva a acção de que trata o paragrapho antecedente.

Art. 126.º A desistência da arrematação feita pelo credor que a requerer, não sendo consentida igualmente pelos outros credores, não suspende a arrematação.

Art. 127.º Os credores hypothecarios, que, tendo sido citados para deduzir o seu direito, não comparecerem, serão considerados como tendo renunciado aos seus direitos hypothecarios, e terão só a acção contra o devedor como credores simples.

Art. 128.º Juntas aos autos de expurgação as certidões de pagamento dos credores citados, e lançados os que não tiverem comparecido no prazo que lhes foi assignado, será julgado por sentença expurgada de hypothecas o predio, e dar-se-lhe-ha beixa no livro do registro.

Art. 129.º Não poderá ser proferida sentença de expurgação em quanto não se mostrarem citados todos os credores constantes da certidão do registro passada pelo conservador respectivo a requerimento do comprador, e que deve servir de base ao processo.

Art. 130.º O credor por credito registrado que não tiver sido incluído na certidão, ou não tiver sido citado, não perderá os seus direitos hypothecarios.

TITULO XI

Da expiação por letra hypothecaria

Art. 131.º Para que possa ter lugar a expiação por letra hypothecaria é necessário:

1.º Que a hypotheca esteja definitivamente registrada e d'ella se tenha passado letra;

2.º Que seja incondicional;

3.º Que a constituição da hypotheca tenha precedido avaliação judicial nos termos do artigo 33.º e seguintes.

Art. 132.º A base do processo da expiação é a letra hypothecaria acompanhada de certidão, requerida na occasião em que houver de ter lugar a expiação, na qual o conservador declare os encargos que existem registrados posteriormente, com relação ao mesmo predio.

Art. 133.º Com estes títulos o credor requererá no tribunal competente que o devedor seja citado para, dentro de dez dias contados desde a citação, pagar a dívida ou deduzir embargos.

Art. 134.º A citação do executado será feita no domicílio que constar da certidão do registro.

§ 1.º Se o executado ali não for encontrado por estar ausente temporaria ou permanentemente será feita a citação na pessoa que elle tiver deixado encarregado, por procuração, de a receber.

§ 2.º Se nenhuma pessoa apparecer para receber a citação, será feita em qualquer familiar ou vizinho, e no curador geral dos orphãos e ausentes, que defenderá no processo os direitos do executado em quanto este não comparecer por si ou seu procurador.

Art. 135.º O executado não será admitido a deduzir embargos que não sejam fundados:

1.º Em falsidade do título constitutivo da hypotheca, ou da letra hypothecaria;

2.º Em novação ou pagamento provado immediatamente por documento legal.

Art. 136.º Findos os dez dias, ou havendo embargos, decididos elles, far-se-ha immediatamente penhora nos immoveis hypothecados, e logo em seguida se passarão editaes para a sua arrematação pela avaliação dos ditos immoveis que constar da letra.

§ unico. A arrematação terá sempre lugar pela raiz, se o credor assim o requerer, seja qual for o valor do predio, e a quantia pela qual corre a expiação.

Art. 137.º Antes da arrematação será declarado nos autos pelo contador do juizo qual é o valor do immovel, deduzida a quinta parte; e a arrematação será feita por qualquer preço que exceda esse valor.

Art. 138.º Se da respectiva certidão do registro não constar que alguma outra hypotheca se acha registrada sobre o predio arrematado, o credor, apresentando certidão que prove que nenhuns impostos se devem por elle á fazenda nacional, será immediatamente mandado pagar pelo producto da arrematação.

Art. 139.º No caso de haver mais hypothecas registradas o levantamento terá lugar sómente depois de julgados os direitos de preferéncia.

Art. 140.º Para este julgamento serão citados por editos todos os credores hypothecarios, para no prazo de trinta dias apresentarem certidões dos seus respectivos registros, feito o que, sem mais formalidade alguma, serão os autos fidos conclusos ao juiz que, em vista da lei e das certidões de registro, fará a classificação dos credores.

Art. 141.º Não havendo arrematante será o predio adjudicado provisoriamente ao exequente pelo valor que lhe havia sido dado, tendo-se deduzido uma quinta parte na forma declarada no artigo 137.º

Art. 142.º Feita a adjudicação provisoria ao exequente, tanto este como o executado, como qualquer outro credor com hypotheca registrada no mesmo predio, poderão requerer que o predio adjudicado seja avaliado de novo.

Art. 143.º Deduzida a quinta parte do valor d'essa nova avaliação, será o predio adjudicado definitivamente ao credor exequente pelo valor das quatro quintas partes restantes.

Art. 144.º Se dentro do prazo de oito dias depois da adjudicação provisoria não houver requerimento para nova avaliação, não poderá mais ter lugar, e se procederá desde logo á adjudicação definitiva.

Art. 145.º A todo este processo de expiações são applicaveis as disposições geraes sobre execuções e expiações particulares, que não forem incompativeis com as da presente lei.

TITULO XII

Do concurso de creditos privilegiados e hypothecarios, e da ordem do seu pagamento

Art. 146.º Sómente pôde haver concurso nos privilegios mobiliarios entre si, entre os privilegios immobiliarios e as hypothecas, e nas hypothecas entre si.

Art. 147.º No concurso entre privilegios mobiliarios entre si, as especies preferem as geraes nas suas respectivas classes.

§ unico. Exceptuam-se d'esta regra as duas especies de privilegios mencionadas no artigo 8.º, n.ºs 1.º e 2.º, as quaes preferem a todos os outros, tanto especies como geraes.

Art. 148.º No concurso entre privilegios mobiliarios especies da mesma classe entre si, a preferência é determinada pela ordem por que se acham enumerados nas respectivas classes.

Art. 149.º O mesmo se observará no concurso de privilegios mobiliarios geraes entre si.

Art. 150.º No concurso de privilegios mobiliarios especies da mesma classe e ordem numerica entre si, e no de privilegios mobiliarios geraes da mesma ordem numerica entre si, o pagamento será feito *prò rata*.

Art. 151.º No concurso de privilegios immobiliarios entre si, serão graduados pela ordem da sua enumeração na presente lei.

Art. 152.º No concurso entre privilegios immobiliarios e hypothecas terão a preferéncia os primeiros.

Art. 153.º Nas hypothecas não pôde haver concurso senão entre aquellas que recaírem no mesmo predio, ou o devedor tenha ou não mais bens livres ou onerados.

Art. 154.º No concurso de hypothecas entre si o seu pagamento será feito segundo a prioridade do numero de ordem do registro.

Art. 155.º No concurso de hypothecas registradas debaixo do mesmo numero de ordem o pagamento será feito *prò rata*.

Art. 156.º As hypothecas legalmente constituídas, mas não registradas, sómente serão admittidas a pagamento depois dos privilegios e hypothecas já registradas segundo a ordem das datas dos respectivos títulos, conjuntamente com outros quaisquer títulos de dívida legais.

Art. 157.º A arrematação, adjudicação ou transmissão de algum predio, por qualquer modo feita, não prejudica os privilegios mobiliarios especies que lhes forem respectivos, e n'esse tempo se acharem constituídos.

Art. 158.º Nas mesmas hypothecas os onus reaes registrados em numero anterior ao do registro da hypotheca da qual resultou a expiação, ou em data anterior á da transmissão, acompanham o predio e entram na sua avaliação, quando tenha lugar fazer-se; e o seu valor será deduzido no total do respectivo predio.

Art. 159.º Os onus registrados em data posterior á da transmissão não acompanham o predio.

§ unico. Os mesmos onus registrados em numero posterior ao da hypotheca sómente acompanham o predio, e determinam a dedução de que trata o artigo antecedente, quando depois de pagos todos os creditos hypothecarios anteriores, houver excedente no valor do predio, e n'este caso determinam a dedução até a concorrência d'esse valor.

Art. 160.º A expiação torna exigíveis, desde a data d'ella, todas as obrigações que oneram o predio expiado.

Art. 161.º Não haverá differença alguma no concurso entre os creditos representados por escriptura e os representados por letra hypothecaria.

TITULO XIII

Da hypotheca de rendimentos de bens vinculares

Art. 162.º Os rendimentos dos bens vinculares são susceptiveis de hypotheca, pela forma declarada na presente lei, para garantia de dividas que seja necessario contrahir com o fim de melhoramentos certos e determinados dos mesmos bens.

Art. 163.º Para esta hypotheca é necessario o consentimento expresso do immediato successor.

Art. 164.º Se este não for conhecido, ou se achar ausente em parte incerta, o juiz respectivo, com audiencia do ministerio publico, poderá supprir este consentimento pela forma por que as leis l'ho facultam em casos analogos.

Art. 165.º Se, porém, estando presente o immediato successor, recusar o consentimento, poderá ser supprido pela mesma forma, sem intervenção do ministerio publico, excepto se for menor representado por seu tutor.

Art. 166.º O emprestimo garantido por hypotheca de rendimento de bens vinculares não poderá comprehender mais do que as duas terças partes d'aquelles rendimentos que ficarem livres, deduzidas as pensões, os encargos e alimentos, a que estiverem obrigados.

Art. 167.º Em todo o caso poderá o immediato successor, e deverá o ministerio publico quando tiver de intervir, exigir que o emprestimo seja feito por prestações não inferiores a um sexto da totalidade do mesmo emprestimo, e que não seja paga cada uma das prestações sem autorização do juizo, tendo o administrador do vinculo provado por documento legal que a prestação anteriormente recebida se acha applicada aos melhoramentos a que o emprestimo era destinado.

Art. 168.º No caso do artigo antecedente poderá o credor exigir que sejam fixados prazos para a entrega das prestações.

Art. 169.º Se na epocha do vencimento de cada uma prestação, e nos 30 dias seguintes, o mutuário não se mostrar habilitado nos termos do artigo 167.º para a receber poderá o credor declarar sem effeito o emprestimo que só ficará valendo pela somma das prestações pagas.

Art. 170.º Seja qual for a quantia emprestada, a hypotheca não poderá ser feita por prazo excedente a 20 annos se o administrador do vinculo tiver 50 ou menos de idade, e tendo mais poderá se-lo sómente por tantos quantos bastarem para que a hypotheca esteja extinta quando o administrador do vinculo completar a idade de 70 annos.

§ unico. Exceptua-se o caso de o immediato successor voluntaria e expressamente consentir em hypotheca por maior prazo.

Art. 171.º A hypotheca extinta pôde ser renovada por inferior ou igual prazo, contanto que não exceda os termos fixados no artigo antecedente.

Art. 172.º A hypotheca comprehensiva sómente de alguma parte dos rendimentos susceptiveis de ser hypothecados, feita a dedução de que trata o artigo 155.º, pôde ser extendida ás restantes, não se excedendo os termos fixados no mesmo artigo.

Art. 173.º Ao registro d'esta especie de hypothecas é applicavel tudo o que a tal respeito se acha disposto na presente lei.

Art. 174.º A adjudicação provisoria dos rendimentos hypothecados será feita por simples despacho do juiz respectivo a quem for requerido á vista da certidão do registro da hypotheca.

Art. 175.º Feita a adjudicação provisoria de ser hypothecados, será o dono dos bens admittido a deduzir os embargos que tiver, decididos os quaes, a final será a adjudicação provisoria annullada ou convertida em definitiva.

Art. 176.º Em concurso entre diferentes credores dos rendimentos de bens vinculares a preferéncia será regulada pelo numero de ordem do registro.

§ unico. Ao processo d'estes concursos será applicado o que a presente lei dispõe a respeito dos concursos hypothecarios.

DISPOSIÇÕES GENERICAS

Art. 177.º São garantidos os privilegios do banco de Portugal, e de qualquer outro estabelecimento que por lei os tenha, em quanto entre o governo e estes estabelecimentos não se proceder o novo accordo. Nos respectivos regulamentos se decretará o modo de levar a effeito esta garantia.

Art. 178.º É o governo autorisado a fazer todos os regulamentos que forem necesarios para a execução da presente lei.

Art. 179.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Secretaria d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, em 28 de fevereiro de 1860.—*João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.*

TABELLA N.º 1

A que se refere o artigo 98.º do código de credito predial

Os conservadores de registro predial vencerão de ordenado.....	(Em Lisboa e Porto.....)	700.000
	(Nas outras comarcas.....)	500.000
Os ajudantes vencerão de ordenado.....	(Em Lisboa e Porto.....)	500.000
	(Nas outras comarcas.....)	300.000
Os amanuenses, quando for necessario have-los, vencerão de ordenado.....	(Em Lisboa e Porto.....)	250.000
	(Nas outras comarcas.....)	150.000

TABELLA N.º 2

A que se refere o artigo 99.º do código de credito predial

1.º De cada verba de registro.....	(Em Lisboa e Porto.....)	3.400
2.º De cada letra hypothecaria alem do sello.....	(Nas outras comarcas.....)	3.300
3.º De qualquer averbamento feito ao lado do registro.....		2.200
4.º Certidões de cada verba ou averbamento, alem da raza.....		1.100
5.º Buscas, por cada anno, não sendo o corrente.....		1.050

PROPOSTA DE LEI

Artigo 1.º É approvada a proposta de código de credito predial que faz parte da presente lei.

Art. 2.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Secretaria d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, em 28 de fevereiro de 1860.—*João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.*

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 2 do corrente, e de Londres e Paris até 27 de fevereiro próximo passado.

O governo hespanhol recebeu do theatro da guerra os seguintes despachos telegraphicos:

Algeciras, 1.º de Março.—Partiu hoje o general Bustelos para Tetuán, a fim de conferenciar com o commandante em chefe. Todos os navios da esquadra estão promptos e preparados para a primeira ordem.

Algeciras, 1.º.—O commandante em chefe do exercito de Africa, ao ministro da guerra.—Não occorre novidade.

Alem d'estes despachos os jornaes hespanhoes publicam os seguintes

DESPACHOS TELEGRAPHICOS

—Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*: **Londres, 29 de fevereiro.**—Na camera dos communs foi hontem discutida a moção de sir Kingleake, relativa á annexação da Saboya á França: a maioria da camera e o governo pronunciaram-se contra o acto da annexação.

A moção foi adoptada: o tratado de commercio não tem ligação alguma com a annexação da Saboya.

O *Morning Chronicle* insiste na noticia relativa á alliança da Russia com a Austria.

Dizem as correspondencias de New York que o senado resolveu enviar manifestações ao imperador dos francezes, relativamente á liberdade de commercio.

Paris, 29.—Tem tomado muita consistencia o boato de que, de Paris, foram mandadas para Turim novas propostas que limitam a annexação dos ducaados.

O governo austriaco declarou ser falsa a noticia dada pelo *Morning Chronicle*.

Continuam os debates, e até agora ainda não foi pronunciada sentença alguma, no processo contra Vacherot, auctor da *Democracia*.

NOTICIAS CIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

INSTRUMENTOS DE LUMINAÇÃO NA ESCOLA POLYTECHNICA

BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Grãos C.	Por 100	Ramos
9 m. 762,89	12,9	63,4	NNE.
3 t. 761,20	19,9	34,3	NE.

DIA 3.

Maxima—temperatura.....	18,8 C.
Minima.....	8,1 "
(de noite.....)	5,0 "
Ozone.....	4,0
Chuva (udometro).....	0,0 Mm.
Evaporação (vaporimetro).....	5,4 "
Altura barometrica correcta.....	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.....	

BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Grãos C.	Por 100	Ramos
9 m. 762,24	10,8	66,3	ENE.
3 t. 760,31	18,2	34,2	NNE.

DIA 4.

Maxima—temperatura.....	19,9 C.
Minima.....	9,2 "
(de noite.....)	4,0 "
Ozone.....	4,5
Chuva (udometro).....	0,0 Mm.
Evaporação (vaporimetro).....	6,6 "
Altura barometrica correcta.....	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.....	

NOTICIAS COMMERCIAES

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 4 de março de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Verwisseling, galeota hollandeza, capitão A. van der Weyden, de Gibraltar em 8 dias, em lastro, a O. Herold & Comp.; 6 pessoas de tripulação. Entrou e deu fundo hontem ás 8 horas da noite.

Ville de Paris, paquete francez a vapor, capitão A. Mahaud, de Nantes em 4 dias, com fazendas a H. Jubel; 24 pessoas de tripulação e 2 passageiros.

Alcides, hiate portuguez, mestre P. J. Ferreira, de Vianna em 2 dias, com milho; 7 pessoas de tripulação e 7 passageiros, que são: Manuel Serra, Manuel da Cruz, Domingos Domingues, João Antonio Pires, João Amaral Diogo, Casimiro Ignacio Lopes, João Domingues, trabalhadores; hespanhoes.

Senhor dos Passos, hiate portuguez, mestre A. Tavares, de Setubal em 2 dias, com carvão; 7 pessoas de tripulação.

Nova Esperança, hiate portuguez, mestre A. P. da Luz, de Setubal em 24 horas, com trigo e arroz; 6 pessoas de tripulação e 1 passageira, que é Maria José; portuguezas.

D. Luiz, paquete portuguez a vapor, capitão F. B. Ribeiro, de Villa Real de Santo Antonio em 22 horas, de Távira em 21, de Ollhão e Faro em 17, de Villa Nova de Portimão em 14, de Lagos em 13, e de Sines em 6, com encomendas á companhia *uniao mercantil*; 20 pessoas de tripulação, 2 malas, e 49 passageiros.

Sousa, hiate portuguez, mestre F. L. Baptista, do Porto em 2 dias, com madeira e mais generos; 8 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: José Xavier de Oliveira, João Bernardino, alienados; portuguezes.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Ville de Lisbonne, paquete francez a vapor, capitão J. Ordronneau, para Vigo e Nantes com fazendas; 25 pessoas de tripulação e 61 passageiros.

Puritano, hiate portuguez, mestre A. G. Tinoco, para Vigo com pedra e encomendas; 8 pessoas de tripulação e 1 passageiro, que é João da Silva Almeida, marítimo; portuguez.

Alart, escuna dinamarqueza, capitão C. A. Cgholm, para Setubal com sal; 8 pessoas de tripulação.

Ganymed, escuna dinamarqueza, capitão U. J. Pulsen, para Setubal com sal; 6 pessoas de tripulação.

Grevind Knuth, escuna dinamarqueza, capitão O. P. Lylloff, para Setubal com sal; 6 pessoas de tripulação.

Suzanna, patacho hanoveriano, capitão F. Schmelzar, para Villa Nova de Portimão em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Veirstine, patacho dinamarqueza, capitão F. W. Mayer, para Setubal com sal; 7 pessoas de tripulação.

Sleipner, escuna dinamarqueza, capitão G. B. Christensen, para Setubal com sal; 7 pessoas de tripulação.

Lidador, brigue portuguez, capitão J. G. de Avelar, para Londres com vinho e azeite; 15 pessoas de tripulação.

Santa Maria, rasca, mestre I. dos Santos, para Setubal em lastro; 10 pessoas de tripulação.

Lympha, hiate portuguez, mestre F. A. Leal, para a Figueira com aduella; 7 pessoas de tripulação.

Camões, patacho portuguez, capitão M. G. de Campos, para Setubal em lastro; 8 pessoas de tripulação.

Santo Antonio e Almas, cabique portuguez, mestre M. Pedro, para Távira com trigo, arroz e mais generos; 9 pessoas de tripulação e 3 passageiros, que são: Carlos Amorim Raposo, segundo machista da armada; Manuel Quintino, sem emprego; portuguezes: Gabriel Gonçalves, padeiro; hespanhol.

Loureiro 1.º, hiate portuguez, mestre J. Lopes, para o Porto com algodão, aguardente e mais generos; 7 pessoas de tripulação.

Pifel, patacho oldemburguez, capitão H. Boety, para Villa Nova de Portimão em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Dia 5

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Tagus, paquete inglez a vapor, capitão W. B. Hall, de Southampton em 6 dias e 6 horas, de Vigo em 27 horas, e da barra do Porto em 19, com fazendas e encomendas a A. Van Zeller; 59 pessoas de tripulação, 8 malas e 23 passageiros. Entrou hontem ás 8 horas e 40 minutos da noite.

Guilherme Tell, barca franceza, capitão F. des Jardins, de Fecamp em 12 dias, em lastro, a ordens; 27 pessoas de tripulação. Entrou e deu fundo hontem ás 11 horas da noite.

Warrior, paquete inglez a vapor, capitão H. Cooper, de Tenerife em 10 dias, do Mogador em 5, e de Cadiz em 31 horas, com varios generos a F. P. Basto; 21 pessoas de tripulação, 1 mala e 19 passageiros. Entrou hontem ás 11 horas e meia da noite.

Frederico, patacho portuguez, capitão J. G. Soares, da ilha da Madeira em 18 dias, com encomendas, a A. J. de Oliveira; 9 pessoas de tripulação, 1 mala e 2 passageiros, que são: José Augusto Rodrigues, Luiz Ferreira, marítimos; portuguezes. Entrou e deu fundo hontem ás 12 horas da noite.

Marie Claire, brigue polaca francez, capitão J. M. Ferrier, de Marselha em 30 dias e de Gibraltar em 9, com trigo a ordens; 7 pessoas de tripulação.

Elisa Rae, escuna ingleza, capitão J. James, de Sousa em 54 dias, de S.º Antico em 34 e de Gibraltar em 11, com trigo e mais generos, a M. Levy & Comp.; 6 pessoas de tripulação.

Boa Fé, cabique portuguez, mestre J. Franco, de Faro em 4 dias, com fgo, vinho e mais generos; 8 pessoas de tripulação e 6 passageiros, que são: José da Fonseca, marítimo; José Francisco de Brito, Gaspar Marques, trabalhadores; D. Rosa Joa